

*Iniciativas que
elevam nossos
números a grandes
resultados.*



é pra ser
movida

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2019**

movida
aluguel de carros

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Índice

Relatório da Diretoria	1
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	14
Demonstrações do valor adicionado.....	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	16
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	59
Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras	65
Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes	66



1) **Movida: A vida é para ser Movida!**

Constituída em 27 de abril de 2006, a Movida Locação de Veículos S.A. engloba as operações de RAC (*rent a car*), atuando com a cultura e princípios de encantar o cliente com tecnologia e inovação, a fim de perpetuar o relacionamento.

As operações da Movida são realizadas a partir de sua linha de negócio RAC e pelo permanente processo de renovação de sua frota operacional, com a desmobilização de seu ativo e consequente venda desses veículos seminovos, por meio de pontos próprios, principalmente sob a marca Seminovos Movida.

RAC – Rent a Car

Realiza a prestação de serviços de locação de veículos leves, diário, mensal e anual para pessoas físicas e jurídicas. Terminou o ano de 2019 com 191 pontos de atendimento, situados em todas as unidades de federação do país e principais aeroportos. Na realização de suas operações, preza pela valorização da prestação de serviço e oferece a todos os clientes, diferenciais como: diária de 27 horas, quilometragem livre, Movida Connect, e locação jovem para aqueles com mais de 19 anos. Tem renovado constantemente o Programa de Fidelidade “Movida Move Você” - que conta com regras baseadas nas melhores práticas dos mais modernos programas de Loyalty. É pioneira em iniciativas sustentáveis, como o Carbon Free - Programa de neutralização de CO² relativo à locação, além do Movida Trikke com aluguel de triciclos elétricos e a locação mensal de bicicletas elétricas. Em 2019, lançou a parceria com o Sem Parar – serviço de pedágio automático para reduzir o tempo dos clientes em filas. Um passo à frente nas tendências da mobilidade urbana, a Movida desenvolveu há mais de dois anos, o Carro por Assinatura (mensal flex), uma plataforma de locação totalmente digital e flexível, com melhor valor agregado e benefício econômico. Apresentou em 2019 iniciativas inovadoras para os motoristas de aplicativos, com a abertura de lojas dedicadas e com o desenvolvimento do produto semanal de cobrança online.

Em termos de comercialização de produtos e serviços, a Movida disponibiliza um *call center* multifuncional, especializado, e direcionado à excelência no atendimento, aliada a rapidez necessária nas interações da vida moderna. Possui funcionamento 24 horas por dia, todos os dias da semana. Além disso, oferece atendimento aos clientes via WhatsApp e um website de simples navegação e intuitivo, pensado para a melhor experiência dos clientes no momento da compra. Também oferece aplicativo para celular nas principais plataformas sistêmicas, com crescente presença nas redes sociais e atendimento via ChatBot, utilizando ferramentas de última geração de inteligência artificial, para otimizar a experiência ao alugar um carro.

Preocupada em atender a necessidade de seus clientes, a Movida conta com a atuação da Gestão da Qualidade, uma área especializada em identificar oportunidades, melhorar as jornadas de atendimento e a experiência dos clientes com seus produtos e serviços.

Além disso é a Companhia de locação de carros responsável por introduzir a categoria de carros Premium no mercado brasileiro de locação eventual, e que continuamente traz lançamentos de modelos e novas categorias para a sua base de clientes. A Movida investe na digitalização e na otimização da experiência do cliente, com lançamentos como a retirada por QR Code e o Totem de atendimento que agilizam a jornada de locação.

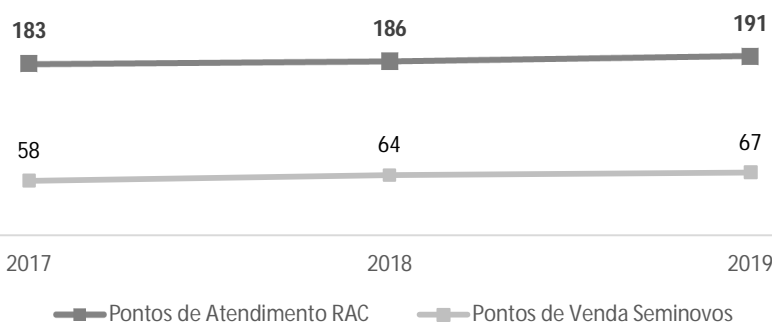
Seminovos

No período de renovação da frota ou ao término dos contratos, os ativos utilizados na locação são encaminhados para venda. A venda dos ativos utilizados na prestação de serviço proporciona um valor residual relevante, característica do negócio. A idade, quilometragem e condição do veículo são fatores considerados na decisão de venda do veículo no varejo ou para revendedores.



A marca Seminovos Movida foi reposicionada e trouxe um novo conceito: Seminovos com garantia Movida. Garantindo a procedência e qualidade dos carros, além disso, com foco na qualidade do atendimento ao cliente foram criados o SAC e a Central de atendimento de leads, onde as equipes passaram por reciclagem e treinamentos constantes. Em 31 de dezembro de 2019, a Movida contava com 67 pontos de venda espalhados pelo Brasil.

Evolução do número de pontos de atendimento RAC e pontos de venda de Seminovos



2) Desempenho Operacional

Receita Bruta

Em 2019, a Movida reportou uma receita bruta total de R\$3,7 bilhões, um crescimento de 50,7% versus 2018, composta por R\$1,6 bilhão de receita líquida de alugueis e R\$2,2 bilhões de receita líquida de vendas de ativos.

Receita Bruta (R\$ mil)	2018	2019	Var. 2019x2018
RAC (Receita de locação)	1.160.024	1.552.710	33,9%
Seminovos (Receita com venda de ativos)	1.299.251	2.153.227	65,7%
TOTAL	2.459.275	3.705.937	50,7%

A expansão da operação de RAC é reflexo do investimento para aumento da frota no período, buscando ganho de escala com a manutenção da cobertura geográfica já construída em anos anteriores, resultando em diluição de custos e expansão de margens. Em 2019 foram vendidos R\$2,2 bilhões em veículos Seminovos, como parte do processo de renovação da frota adquirida no ano anterior, com evolução no preço médio de venda. Este crescimento tem por base o aumento da escala, a qualidade e variedade dos ativos, a evolução do varejo e o fortalecimento da marca "Seminovos Movida".



Destaques Financeiros

Demonstração de Resultados (R\$ mil)	2018	2019	Var. 2019 x 2018
Consolidado			
Receita Bruta	2.459.275	3.705.937	50,7%
Deduções	(113.646)	(160.607)	41,3%
Receita Líquida	2.345.629	3.545.330	51,1%
Custo	(1.621.763)	(2.738.063)	68,8%
Lucro Bruto	723.866	807.267	11,5%
<i>Margem Bruta</i>	30,9%	22,8%	-8,1 p.p
Despesas Administrativas	(397.904)	(418.094)	5,1%
EBITDA	412.013	656.278	59,3%
<i>Margem EBITDA</i>	17,6%	18,5%	+0,9 p.p
EBIT	325.962	389.173	19,4%
<i>Margem EBIT</i>	13,9%	11,0%	-2,9 p.p
Resultado Financeiro	(85.081)	(74.763)	-12,1%
Despesas Financeiras	(105.490)	(86.855)	-17,7%
Receitas Financeiras	20.409	12.092	-40,8%
EBT	240.881	314.410	30,5%
<i>Margem EBT</i>	10,3%	8,9%	-1,4 p.p
Lucro Líquido	161.231	216.182	34,1%
<i>Margem Líquida</i>	6,9%	6,1%	-0,8 p.p

Receita líquida

A receita líquida total da Movida foi de R\$3,5 bilhões, 51,1% acima de 2018 devido ao crescimento de frota.

Custos

Os custos totais da Companhia foram de R\$2,7 bilhões no ano de 2019, aumentando 68,8% em relação a 2018 e o aumento se deve ao giro dos ativos de Seminovos. O lucro bruto total de 2019 foi de R\$807,3 milhões, com margem bruta de 22,8%.

Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro (EBIT)

O Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro totalizou R\$389,2 milhões, expansão de 19,4% em relação a 2018. A margem foi de 11,0% em 2019.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido consolidado correspondeu a uma despesa de R\$74,8 milhões em 2019, relacionada ao aumento da dívida líquida, devido ao crescimento da frota, parcialmente compensado pela redução do custo médio líquido da dívida. A Companhia possui uma gestão conservadora de caixa, mantendo R\$356,3 milhões no final de 2019. É importante mencionar que os valores de 2019 não incluem os valores gastos com taxas de cartão de crédito, que estão alocados nos segmentos operacionais, enquanto em 2018 eram considerados despesas financeiras.

Lucro Líquido e EBITDA

Em 2019, o Lucro Líquido total da Movida foi de R\$216,2 milhões, significando um aumento de 34,1% versus 2018, com margem líquida de 6,1%. O EBITDA total foi de R\$656,3 milhões, um crescimento de 59,3% no ano atingindo margem EBITDA de 18,5%. O crescimento da margem EBITDA é resultado das evoluções operacionais.



3) Liquidez: Caixa e Endividamento

Dívida Líquida (R\$ mil)	2018	2019	Var. 2019x2018
Empréstimos e Financ.	493.123	280.520	-43,1%
Debentures	354.420	540.475	52,5%
Leasing a Pagar	804	-	-100,0%
Caixa	(369.165)	(356.318)	-3,5%
TOTAL	479.182	464.677	-3,0%

Em 31 de dezembro de 2019, o total do caixa e títulos mobiliários era R\$356,3 milhões devido às captações e amortizações realizadas ao longo de 2019. A otimização da estrutura de capitais e o alongamento da dívida possibilitam que a Companhia entre 2020 com a estrutura necessária para suportar mais crescimento com rentabilidade e de maneira sustentável. A dívida líquida da Companhia em dezembro de 2019 era R\$464,7 milhões, frente a um ativo imobilizado líquido de R\$5,0 bilhões. A dívida líquida de 2019 foi 3,0% menor que o de 2018, em sua maior parte foi destinada à aquisição de ativos. Adicionalmente a Companhia possui R\$438,0 milhões em Contas a Receber no ativo circulante.

4) Investimentos

A Movida investiu R\$3,8 bilhões no ano, sendo que 98% dos investimentos foram direcionados para aquisição de carros. A Companhia dispõe de grande flexibilidade de postergar a renovação de seus ativos, devido à baixa idade média da frota, ou monetizar o valor dos ativos por conta de sua alta liquidez.



5) Eventos Societários Relevantes

Em 25 de julho de 2019, foi deliberada em Reunião do Conselho de Administração (RCA) a emissão de 35.500.000 (trinta e cinco milhões e quinhentas mil) novas ações provenientes da oferta subsequente de ações "follow-on", que refletiram em um aumento de capital no montante de R\$ 532.500, ao preço nominal de R\$ 15,00 por ação.

6) Capital Humano

A Movida valoriza o crescimento de seus colaboradores, sendo fundamental o seu desenvolvimento, assim como estimular a criatividade de sua equipe para apresentação de soluções diferenciadas, que contribuam para a dinâmica da prestação de serviço. Em 2019 a Companhia aderiu ao programa Empresa Cidadã, oferecendo a extensão da licença maternidade para 6 meses e de paternidade para 20 dias.

A Movida compartilha a cultura de estar a serviço do cliente com sua equipe, e sabe que quanto mais capacitados seus profissionais são, melhor será o atendimento ao cliente. Assim, a Companhia criou a Academia Movida, que oferece cursos EAD com uso de tecnologia e vídeos, de forma interativa e engajadora. Além de treinamentos gerais, há módulos específicos para cada atividade da Companhia, como atendimento ao cliente, desde a abertura do contrato até a devolução do veículo, preparação dos pontos e liderança, além da integração institucional realizada com os colaboradores recém contratados. Nos treinamentos obrigatórios disponibilizados na Academia Movida houve um total de mais de 24 mil horas de atividade no ano e mais de 9 mil acessos ao mês em 2019.

A energia, simpatia e dedicação dos colaboradores são a principal vantagem competitiva da Movida e essenciais para que os objetivos continuem sendo alcançados. Tendo isto como um dos principais focos, houve uma aprimoração do programa de estagiários com profissionais distribuídos em diversas áreas da Companhia, além da continuidade do Programa de Trainee com focos diferenciadas para Operações e Corporativo.

A Companhia segue as diretrizes de direitos humanos e do trabalho com base no Código de Conduta e na política de relações humanas. A política estabelece o posicionamento contrário da Companhia no que se refere ao trabalho infantil, forçado, discriminação, e assegura a liberdade de associação e negociação coletiva. Desta forma, a Companhia reforça seu compromisso com a Declaração dos Direitos Humanos e com as normas Internacionais do Trabalho. Adicionalmente, a Movida utiliza o mecanismo de controle chamado Canal Alerta, ferramenta que auxilia a prevenção de potenciais abusos contra esses direitos, e reforça essas premissas continuamente através dos canais de comunicação e treinamento.

A Companhia possui em seu DNA a inovação e utiliza o Workplace – ferramenta do Facebook, que agiliza o processo de comunicação, tornando-o mais interativo e seguro e aproxima todos os colaboradores dos pontos de atendimento (RAC e Seminovos), melhorando a gestão e garantindo o alinhamento cultural. Em 2019 ampliou a divulgação de projetos institucionais da Companhia dentro da ferramenta, estendendo a capacidade de comunicação e engajamento.

Houve uma evolução do processo de Avaliação de Desempenho e Potencial, estendendo para todos os níveis da Companhia. A aderência foi garantida em 100% e em continuidade ao processo foram conduzidos comitês de calibragem com objetivo de garantir que as avaliações fossem justas e com pesos igualitários. A partir deste processo, foi possível identificar talentos e elaborar planos de desenvolvimento direcionado às necessidades estratégicas do negócio.

Todos os líderes foram treinados pela equipe do "Great Place to Work" (GPTW), além do lançamento do programa PIT STOP com foco em desenvolvimento das lideranças que iniciam ou são promovidas. Todas as demais ações de engajamento foram reforçadas durante o ano.

7) Gerenciamento de Riscos e Governança Corporativa



A Diretoria Corporativa de Controles Internos, Riscos e Conformidade do Grupo é responsável pelo monitoramento dos riscos da Movida e tem reporte direto ao Conselho de Administração, à Presidência, ao Comitê de Ética e Conformidade e ao Comitê de Controles Internos e Riscos.

A atuação foi dividida em diferentes frentes de trabalho: (i) Conformidade (“*Compliance*”): tem por finalidade garantir eficácia e efetividade no Programa de Conformidade por meio dos seus pilares e do monitoramento dos riscos de conformidade; auxiliar na implementação de ações que mitigam e previnam riscos de conformidade; orientar os funcionários da empresa e os terceiros sobre as normas internas da Companhia e leis aplicáveis aos seus negócios; buscar um ambiente íntegro, ético e transparente para os negócios da Companhia (ii) Controles Internos e Riscos: responsável por liderar os trabalhos de monitoramento de riscos e eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar tais riscos.

Foi instalada uma célula de Auditoria Interna, responsável por revisar e avaliar o ambiente de controles internos, e o cumprimento das normas da Companhia, reportando-se diretamente ao Comitê de Auditoria. Suas principais atividades consistem em: (i) Revisar e Avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos controles internos existentes, no âmbito contábil, financeiro e operacional, bem como o cumprimento de normas e procedimentos vigentes. (ii) Investigar denúncias e/ ou indícios de fraudes ou descumprimentos das políticas internas da Companhia oriundas do Canal de Denúncia.

A Companhia possui um Comitê de Ética e Compliance, que também se reporta ao Conselho de Administração. Tem por objetivo assessorar referido órgão e a Diretoria Executiva: (i) no cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia, (ii) monitorar os indicadores da área e do Canal de Denúncia, (iii) na análise, aplicação de medidas disciplinares, recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida e (iv) avaliar a eficiência e eficácia do Programa de Conformidade, e a sua aderência aos requisitos exigidos pelo Decreto nº 8.420/2015 e demais normas que tratam sobre o tema, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos, (v) analisar e validar sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção e do Código de Conduta da Companhia; (vi) analisar e validar pedidos de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública; (vii) avaliar e julgar, quando o caso, ações e omissões relacionadas ao Programa de Conformidade: a) dos colaboradores da Companhia e b) que envolvam terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios que mantenham alguma relação com a Companhia.

A Movida ainda conta com o Comitê Financeiro, Comitê de Auditoria e com o Comitê de Sustentabilidade que assessoram o Conselho de Administração.

Ademais, a política de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos para os quais se busca proteção e que possam afetar o seu plano estratégico, a fim de administrar o apetite à tomada de risco no processo decisório, na busca do cumprimento de seus objetivos, bem como na criação, preservação e crescimento de valor. A política dispõe, ainda, sobre: as definições utilizadas pela Companhia como premissas para entendimento dos processos e procedimentos adotados, a metodologia utilizada, a estrutura organizacional, as responsabilidades dos funcionários.

Além disso, a Política de Partes Relacionadas tem como objetivo assegurar que as decisões que envolvam referidas transações e com potencial conflito de interesses sejam tomadas visando os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.



8) Responsabilidade Socioambiental

A Movida conquistou a certificação internacional como Empresa B, e tornou-se a 1º locadora de capital aberto do mundo a conseguir o selo.

As etapas para atingir esse feito envolvem a estruturação em 2019 de uma célula dedicada a Sustentabilidade com o propósito de fomentar e evoluir as melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ASG). Uma das iniciativas da célula foi incorporar as diretrizes do International Integrated Reporting Council (IIRC), a fim de demonstrar como a Movida cria e distribui valor no modelo de negócio.

A Companhia também conta com iniciativas que focam a mitigação do impacto de suas operações no meio ambiente e na sociedade. Tais medidas englobam o controle do uso de água, energia, quilometragem rodada, e o envolvimento dos colaboradores nas ações de conscientização sobre o uso eficiente dos materiais. A idade média da frota total da Movida é baixa, fator que contribui em maior segurança para os clientes, redução da poluição e redução do custo de manutenção.

Preocupada com o processo de efeito estufa e o aquecimento global, a Movida oferece aos seus clientes a locação carbon free como alternativa de neutralização da mesma quantidade de CO2 emitida durante a utilização do veículo. O programa propõe a neutralização por meio do plantio de árvores no território brasileiro, uma vez que as florestas captam o CO2, reduzindo sua concentração na atmosfera e contribuindo positivamente para o combate às alterações climáticas. A escolha pela opção carbon free é do cliente que, ao optar pelo programa, tem uma taxa simbólica adicional incluída ao valor da diária da locação, e para cada adesão, a Movida contribui com o restante dos custos.

Além de outras iniciativas que visam uma mobilidade mais sustentável, o portfólio da Movida também conta com o aluguel de triciclos e de bicicletas elétricas, integrando a experiência dos clientes em um único ecossistema de mobilidade urbana.

A Movida aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que é um compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas, cujo objetivo é uni-las na promoção de um mercado mais íntegro e ético e reduzir as diferentes práticas de corrupção. Ao se tornarem signatárias do pacto, as empresas assumem o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e stakeholders, a fim de que seja cumprida integralmente. Além disso, se comprometem a vedar qualquer forma de suborno e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário.

Iniciativas como estas, que mostram a preocupação da Companhia em crescer de forma mais justa, equilibrada e sustentável culminaram na certificação internacional como Empresa B e se tornasse 1º locadora de capital aberto do mundo a conseguir o selo.

Outro marco importante para a Companhia foi a entrada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, fato inédito no setor de locação brasileiro.

9) Cenário e Mercado

O ano de 2019 começou com uma perspectiva positiva pelo início de um novo governo com propostas de reformas nas políticas econômicas. Ao longo do ano, o cenário econômico-político demonstrou uma recuperação gradual da atividade econômica, com a reforma da previdência, taxa de juros mais baixa e melhoras nos índices de desemprego, indicando uma tendência mais otimista para o mercado em 2020. O relatório do Banco do Brasil “Perspectivas 2020-21” estima uma aceleração ligeira de 2,2% no PIB para 2020.



No estudo “*Consumer Sentiment 2020*” do BCG (Boston Consulting Group), que mediu o sentimento dos consumidores com base na opinião de 3 mil pessoas, houve uma diminuição de 11 p.p. na participação dos respondentes que afirmaram que o Brasil está enfrentando uma crise econômica - ainda que eles continuem sendo a maioria com 67%. Além disso, mais da metade dos entrevistados estão otimistas com o futuro, com a Geração Z (nascidos entre 1990 e 2010) liderando o nível de otimismo 10 p.p. acima da média. O estudo mostrou que 81% respondentes planejam diminuir seus gastos totais no próximo ano. No entanto, dentre as 10 categorias nas quais estão dispostos a aumentar seus gastos, 5 são ligadas às áreas de viagem e turismo e as outras 5 estão ligadas à mobilidade – com aluguel de carros aparecendo em 8º lugar de maneira espontânea.

O comportamento do consumidor mudou, se adequando à chegada de novas tecnologias para mobilidade urbana. A valorização da posse está sendo substituída por tendências de uso compartilhado. Graças a estas mudanças as empresas de aluguel de carro vêm ofertando soluções diferenciadas, atuando como multiplicadoras do *mindset* de inovação. Segundo dados da ANFAVEA, o Brasil tem mais de 250 aplicativos de transporte e a disseminação desta transformação de hábito é o que faz com que o mercado continue crescendo no país.

A dinâmica competitiva segue saudável, com todas as empresas de aluguel de carros crescendo de maneira importante. O segmento de carros que mais ganhou relevância no Brasil foi o SUV, saindo de 7% em 2010 para 22% das vendas de veículos leves em 2019 de acordo com a Anfaeva (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores). Esta mudança no padrão do consumo também foi seguida pelas empresas de aluguel de carros, o que tende a fazer com que os tickets médios aumentem para 2020, tanto em aluguel de carros quanto em Seminovos.

Sobre o mercado de Seminovos, de acordo com a FENAUTO (Federação Nacional das Associações dos Revendedores de Veículos Automotores), o ano de 2019 fechou com 14.592.691 veículos usados comercializados, 0,8% acima de 2018. As taxas de juros para financiamento de veículos continuam em queda, o que tende a fomentar o crescimento do mercado automobilístico para 2020. De acordo com Luiz Carlos Moraes, presidente da ANFAVEA, “A década de 2020 dá todos os sinais de que será a mais disruptiva na história do setor automotivo e da mobilidade”.

10) Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2019, em atendimento à instrução nº CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como, serviços relacionados a auditoria para emissão de relatórios de procedimentos previamente acordados, com honorários de R\$804 mil que representam 42% dos honorários dos serviços de auditoria externa. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.



11) Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

<http://ri.movida.com.br/>

Renato Horta Franklin

Diretor Presidente

Jamyl Jarrus Júnior

Diretor

Flávio Sales

Diretor

Edmar Prado Lopes Neto

Diretor Administrativo,
Financeiro e de Relações
com Investidores

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2019 ⁽¹⁾	31/12/2018	Passivo	Notas	31/12/2019 ⁽¹⁾	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	56.925	134.695	Fornecedores	12	1.367.034	959.806
Títulos e valores mobiliários	5	299.393	234.470	Empréstimos e financiamentos	13	139.265	126.205
Contas a receber	6	438.048	313.600	Debêntures	14	114.634	25.792
Tributos a recuperar	7	10.430	8.089	Arrendamento mercantil a pagar	15	-	551
Imposto de renda e contribuição social antecipados	19.4	39.071	11.601	Arrendamento por direitos de uso	2.6.1	53.454	-
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	8	245.660	197.522	Obrigações trabalhistas e sociais	16	35.451	34.222
Adiantamento a terceiros	-	1.342	1.301	Tributos a recolher	17	4.668	6.148
Despesas antecipadas	-	2.168	3.678	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recolher	19.4	-	9.297
Outros créditos	-	5.335	112	Dividendos a pagar	20.5	43.126	36.667
Total do ativo circulante		1.098.372	905.068	Outras contas a pagar e adiantamentos	-	64.463	45.389
Não circulante				Total do passivo circulante		1.822.095	1.244.077
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Contas a receber	6	1.282	567	Empréstimos e financiamentos	13	141.255	366.918
Tributos a recuperar	7	25.709	19.048	Debêntures	14	425.841	328.628
Depósitos judiciais	18.2	1.563	934	Arrendamento mercantil a pagar	15	-	253
Total do ativo realizável a longo prazo		28.554	20.549	Arrendamento por direitos de uso	2.6.1	142.692	-
Investimentos	-	1.107	1.043	Provisões para demandas judiciais e administrativas	18.2	4.960	5.408
Imobilizado	9	5.033.771	3.542.861	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	199.545	101.317
Intangível	10	100.054	40.988	Outras contas a pagar e adiantamentos	-	813	1.115
Total do ativo não circulante		5.163.486	3.605.441	Total do passivo não circulante		915.106	803.639
				Patrimônio líquido			
				Capital social	20.2	2.751.124	2.302.924
				Reserva de capital	20.3	448.825	-
				Reservas de lucros	20.4	324.708	159.869
				Total do patrimônio líquido		3.524.657	2.462.793
Total do ativo		6.261.858	4.510.509	Total do passivo e do patrimônio líquido		6.261.858	4.510.509

(1) Os saldos em 31 de dezembro de 2019 refletem os impactos da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 não está sendo reapresentado pela Companhia, conforme opção de aplicação de abordagem retrospectiva modificada na transição. Na nota explicativa 2.6.1 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

10/66

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2019 ⁽¹⁾	31/12/2018
Receita líquida das locações, prestação de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços	21	3.545.330	2.345.629
(-) Custo das locações, dos serviços prestados e das vendas de ativos utilizados na prestação de serviços	22	(2.738.063)	(1.621.763)
(=) Lucro bruto		807.267	723.866
Despesas comerciais	22	(198.765)	(168.164)
Despesas administrativas	22	(188.510)	(168.796)
Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	22	(20.310)	(1.081)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	22	(10.509)	(59.863)
Despesas operacionais, líquidas		(418.094)	(397.904)
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos		389.173	325.962
Receitas financeiras	23	12.092	20.409
Despesas financeiras	23	(86.855)	(105.490)
Resultado financeiro, líquido		(74.763)	(85.081)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		314.410	240.881
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19.3	-	(20.273)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19.3	(98.228)	(59.377)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos		(98.228)	(79.650)
Lucro líquido do exercício		216.182	161.231
Lucro líquido por ação básico e diluído - em R\$	26	0,0895	0,0870

- (1) As transações do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 refletem os impactos da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. A demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018 não está sendo rerepresentada pela Companhia, conforme opção de aplicação de abordagem retrospectiva modificada na transição. Na nota explicativa 2.6.1 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil..

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019 ⁽¹⁾	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	216.182	161.231
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	216.182	161.231

- (1) As transações do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 refletem os impactos da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. A demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2018 não está sendo reapresentada pela Companhia, conforme opção de aplicação de abordagem retrospectiva modificada na transição. Na nota explicativa 2.6.1 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.796.444	-	3.312	47.197	-	1.846.953
Adoção IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 15 CPC 47	-	-	-	-	(13.179)	-	(13.179)
Saldos em 1º de janeiro de 2018		1.796.444	-	3.312	34.018	-	1.833.774
Aumento de capital pela emissão inicial de ações	20.2	506.480	-	-	-	-	506.480
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	161.231	161.231
Constituição de reserval legal	20.3	-	-	8.062	-	(8.062)	-
Dividendos de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	20.5	-	-	-	-	(38.692)	(38.692)
Retenção de lucros	-	-	-	-	114.477	(114.477)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.302.924	-	11.374	148.495	-	2.462.793
Aumento de capital pela emissão inicial de ações	20.2	448.200	-	-	-	-	448.200
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	20.3	-	448.825	-	-	-	448.825
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	216.182	216.182
Constituição de reserval legal	20.4	-	-	10.809	-	(10.809)	-
Dividendos de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	20.5	-	-	-	-	(43.126)	(43.126)
Juros sobre capital próprio - dividendos mínimos obrigatórios	20.5	-	-	-	-	(8.217)	(8.217)
Retenção de lucros	-	-	-	-	154.030	(154.030)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.751.124	448.825	22.183	302.525	-	3.524.657

- (1) As transações do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 refletem os impactos da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. A demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 não está sendo reapresentada pela Companhia, conforme opção de aplicação de abordagem retrospectiva modificada na transição. Na nota explicativa 2.6.1 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019 ⁽¹⁾	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucros antes do imposto de renda e contribuição social	-	314.410	240.881
Depreciações e amortizações	22	270.460	86.051
Custo de venda de ativos utilizados na locação e prestação de serviços	22	2.073.342	1.242.416
Provisões para perdas e baixa de outros ativos	22	112.697	90.849
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e direitos de uso	23	78.980	75.865
		2.849.889	1.736.062
Decréscimo (acrécimo) em ativos e passivos operacionais			
Contas a receber	6	(145.473)	(200.443)
Fornecedores	12	(3.872)	10.486
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	7, 16 e 17	(11.390)	6.697
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	18.2	(23.155)	41.171
		(183.890)	(142.089)
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
		2.665.999	1.593.973
Imposto de renda e contribuição social pagos	19.4	8.878	(9.297)
Pagamento de juros, empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e direito de uso	2.6.1, 13, 14 e 15	(73.450)	(65.440)
Compra de ativo imobilizado para locação, caixa desembolsado	9 e 26	(3.305.206)	(2.389.493)
		(703.779)	(870.257)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores imobiliários			
		(768.702)	(915.390)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	26	(92.491)	(55.030)
		(92.491)	(55.030)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital mediante subscrição de ações, líquido	20.2	897.025	506.480
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	20.5	(36.668)	(12.241)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	268.569	491.834
Amortização de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, arrendamento de direitos de uso e debêntures	2.6.1, 13, 14 e 15	(345.503)	(214.898)
		783.423	771.175
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento			
		(77.770)	(199.245)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	-	134.695	333.940
No final do exercício	-	56.925	134.695
		(77.770)	(199.245)

Informações suplementares aos fluxos de caixa

Aquisição de ativo imobilizado por linhas de financiamento:

Por risco sacado montadoras - (234.171)

- (1) As transações do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 refletem os impactos da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. A demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2018 não está sendo rerepresentada pela Companhia, conforme opção de aplicação de abordagem retrospectiva modificada na transição. Na nota explicativa 2.6.1 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil.

Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2019 ⁽¹⁾	31/12/2018
Receitas geradas			
Vendas e prestação de serviços	21.2	3.705.937	2.459.275
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	22	(20.310)	(1.081)
Outras receitas operacionais	-	129.534	12.718
		3.815.161	2.470.912
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos das vendas e prestação de serviços	-	(2.538.183)	(1.427.399)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	-	(233.514)	(257.592)
		(2.771.697)	(1.684.991)
Valor adicionado bruto		1.043.464	785.921
Retenções			
Depreciação e amortização	22	(267.105)	(86.051)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		776.359	699.870
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	-	12.681	20.289
		12.681	20.289
Valor adicionado total a distribuir		789.040	720.159
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	-	166.777	140.182
Benefícios	-	30.705	24.418
FGTS	-	14.119	11.045
Outros	-	13.828	5.475
		225.429	181.120
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	-	147.937	134.291
Estaduais	-	67.238	49.218
Municipais	-	3.701	2.103
		218.876	185.612
Remuneração do capital de terceiros			
Juros e despesas financeiras	-	88.468	105.108
Aluguéis	22	40.085	87.088
		128.553	192.196
Remuneração do capital próprio			
Juros sobre o capital próprio	20.5.1	43.126	36.667
Lucro retido do exercício	-	173.056	124.564
		216.182	161.231
Valor adicionado total a distribuir		789.040	720.159

- (1) Os valores do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 refletem os impactos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, sendo que as demonstrações do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não estão sendo rerepresentados pela Companhia, conforme opção de aplicação de abordagem retrospectiva modificada na transição. Na nota explicativa 2.9.1 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Movida Locação de Veículos S.A. (“Companhia” ou “Movida”), é uma sociedade anônima de capital fechado, contida no território nacional, com sede na Rua Otávio Tarquínio de Souza, nº 23, Sala A, Campo Belo, cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é controlada diretamente pela Movida Participações S.A (“Movida Participações”), a qual detém 99,99% de participação direta.

Atua no segmento de locação de veículos leves (‘rent a car’) e tem como objeto social principalmente a locação de veículos automotores, administração e licenciamento de marcas comerciais no ramo da locação de veículos sob o regime de franquia empresarial, assessoria de tecnologia aos franqueados, sistemas, treinamento, produto e materiais promocionais e intermediação da locação de veículos no Brasil. Também faz parte dos negócios da Movida, renovar constantemente sua frota, alienando veículos no final de suas vidas úteis econômicas para substituí-los por veículos novos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Movida contava com 258 lojas próprias, sendo 191 lojas de locação de veículos e 67 lojas de venda de veículos seminovos (186 lojas de locação de veículos e 64 lojas de venda de veículos seminovos, em 31 de dezembro de 2018), espalhadas por 102 municípios no Brasil, instaladas em ruas e aeroportos, operando com uma frota de 109.661 veículos (92.875 veículos em 31 de dezembro de 2018).

1.1 Aliança estratégica com E-moving

Em 9 de setembro de 2018, a Movida assinou um contrato de aliança estratégica com a E-moving, startup de locação e comercialização de bicicletas elétricas. Fundada em 2015, a E-moving atua em São Paulo-SP, possui cerca de 400 bicicletas elétricas e é a maior do país em seu segmento. O contrato tem prazo de 5 anos prevê o apoio ao desenvolvimento do negócio e investimento para expansão com opção de se tornar sócia ao final do período. Até 31 de dezembro de 2018 o valor total investido foi de R\$ 1.027, não houve valores investidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

1.2 Estrutura de capital da Companhia e planos da Administração

O modelo de negócios da Movida consiste na aquisição de veículos, substancialmente financiados com recursos captados de médio e longo prazos renovando essa frota continuamente. Conseqüentemente, sua posição financeira conta com parte relevante do capital aplicado na frota de veículos no ativo imobilizado, cuja característica é gerar receita e fluxo de caixa com alto giro, suficiente para manter as operações e serviço da dívida.

Assim, em função do seu ciclo operacional, que inclui a compra, locação e venda dos veículos de sua frota em média entre 12 e 15 meses do uso, e sua ampla expansão nos últimos 3 (três) anos, a Movida apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 723.723 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 339.009 em 31 de dezembro de 2018). A Administração vem implementando seu plano de alongamento do endividamento, que contou com as seguintes ações:

- i) Captação de R\$ 200.000 por emissão de debêntures em junho de 2019, com vencimento em janeiro de 2024;
- ii) Recebimento de aportes de capital da sua controladora em setembro 2019 no montante R\$ 897.025, dividido em 897.024.499 ações ordinárias, nominativa e sem valor nominal (R\$ 448.200 por meio de emissão de novas ações e R\$ 448.825 de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)). O montante encontra-se classificado no patrimônio líquido por se tratar AFAC de instrumento irreversível, irreatável e estar relacionado a quantidade fixa de ações a serem convertidas.

A administração entende que as ações implementadas de captação de recursos sejam através de capital próprio ou de terceiros para renovação de frota e alongamento do perfil do endividamento em bases cíclicas garantem o crescimento do negócio, renovação continua de sua frota e o cumprimento de obrigações assumidas no curso normal de suas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Devido a diferença entre as práticas contábeis brasileiras e internacionais (CPC 06 (R2) e IFRS 16) relativa ao reconhecimento contábil de subarrendamento, especificamente decorrente de operações envolvendo empresas de um mesmo Grupo econômico, a partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia passou a apresentar as suas demonstrações financeiras apenas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 permanecem sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 2.6.1.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 1 de março de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Movida são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Movida atua (“a moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Movida tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Movida.

Quando disponível, a Movida mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Movida utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação

escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Movida mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Movida determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da Companhia na nota explicativa 3.1.1.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Movida utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.5.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) Arrendamento: determinação das premissas usadas na mensuração do direito de uso de um ativo, do passivo de arrendamento – nota explicativa 2.6.1.;
- ii) Receita de contratos com clientes: se a receita de locação e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo – nota explicativa 21.1.; e
- iii) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros passivos para fins de divulgação – nota explicativa 3.1.1

2.5.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) Imobilizado (premissa em relação a definição do valor residual e da vida útil) – nota explicativa 9.1;
- ii) Ativo imobilizado destinados para venda (definição do valor residual) – nota explicativa 8.1;
- iii) Provisão para demandas judiciais e administrativas (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos) – nota explicativa 18.1;
- iv) Reconhecimento de impostos diferidos ativos (disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados) – nota explicativa 19.1;
- v) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio (principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento) – nota explicativa 11.1; e

- vi) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber (mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda) – nota explicativa 6.1.

2.6. Mudanças nas principais políticas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações pronunciamentos técnicos, emitidos e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2019.

2.6.1. CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas, ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06 (R2) / IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na nota explicativa 15.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IFRS 16 e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06 (R2) foi aplicada apenas a contratos vigentes em 1º de janeiro 2019 e/ou aqueles firmados ou alterados após aquelas datas.

i) Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrendava imóveis. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos estão apresentadas no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

b) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1) / IAS 17

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de

arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis.

A Companhia não identificou indícios de que os ativos de direito de uso necessitassem de provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, tais como:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)

A Companhia arrenda imóveis e veículos e esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 imediatamente antes dessa data.

i) A Companhia como arrendador

Companhia arrenda seus veículos, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais.

A Companhia subarrendou algumas de suas propriedades. De acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos operacionais. Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, os ativos de direito de uso reconhecidos a partir dos arrendamentos são apresentados em propriedades para investimento e mensurados pelo valor justo nessa data. A Companhia avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia também celebrou um subarrendamento durante 2019, que foi classificado como arrendamento financeiro.

A Companhia não é requerida a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16 para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento. As políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador não diferem daquelas do CPC 06(R1)/IAS 17.

d) Impacto nas demonstrações financeiras na transição.

Os efeitos da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019 estão apresentados a seguir:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Ativo	Divulgado 31/12/2018	Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	Valor ajustado em 01/01/2019
Total do ativo circulante	905.068	-	905.068
Imobilizado	3.542.861	142.013	3.684.874
Outros ativos não circulantes	62.580	-	62.580
Total do ativo não circulante	3.605.441	142.013	3.747.454
Total do ativo	4.510.509	142.013	4.652.522
Passivo			
Arrendamento mercantil a pagar	551	-	551
Arrendamento por direito de uso	-	42.176	42.176
Outros passivos circulantes	1.243.526	-	1.243.526
Total do passivo circulante	1.244.077	42.176	1.286.253
Arrendamento mercantil a pagar	253	-	253
Arrendamento por direito de uso	-	99.837	99.837
Outros passivos não circulantes	803.386	-	803.386
Total do passivo não circulante	803.639	99.837	903.476
Total do patrimônio líquido	2.462.793	-	2.462.793
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.510.509	142.013	4.652.522

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33. A Companhia reavaliou as taxas trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao quarto trimestre de 2019:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratados	Taxa a.a. %
1	4,84%
2	5,79%
3	6,73%
5	7,72%
10	8,57%
15	9,06%
20	9,31%

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo.

	Imóveis
Ativo de direito de uso em 01/01/2019	-
Adição por adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	142.013
Remensuração	53.669
Adição	52.796
Baixa	(8.960)
Amortização	(55.977)
Ativo de direito de uso em 31/12/2019	183.541

Imóveis

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Passivo de direito de uso em 01º/01/2019	-
Adição por adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	142.013
Remensuração	53.669
Adição	52.796
Baixa	(8.960)
Pagamento de principal	(45.089)
Pagamento de juros	(16.532)
Provisão de juros	18.249
Passivo de direito de uso em 31/12/2019	196.146
Circulante	53.454
Não circulante	142.692
Total	196.146

Vencimento dos arrendamentos:

	Imóveis
Passivo circulante - até 31/12/2020	53.454
2021	44.602
2022	28.079
2023	25.303
2024	16.167
Mais de 5 anos	28.541
Total do passivo não circulante	142.692
Total	196.146

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Descontado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	239.700	196.146
PIS / COFINS	19.090	14.958

A administração da Companhia na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. Caso a Companhia tivesse considerado a inflação substancialmente (IGP-M) em seu fluxo de caixa, o efeito sobre o direito de uso e o passivo de arrendamento seria um aumento aproximado de R\$ 7.284.

e) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis e de curto prazo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Movida reconheceu o montante de R\$ 25.235, referente a despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis de imóveis e aluguéis de curto prazo.

2.6.2. CPC 22– Incertezas em relação a tratamentos tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 /IAS 12- Tributos sobre o Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. De acordo com a interpretação, as empresas devem mensurar e reconhecer o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, desde 1º de janeiro de 2019 e não foram identificados impactos relevantes referentes a referida interpretação que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.7. Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Movida não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Movida:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alteração ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS e CPC 23/IAS 8); e
- CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Movida.

2.8. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais hajam informações financeiras individualizadas disponíveis.

Os segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelos principais tomadores de decisões. Assim, a Movida possui apenas um segmento de negócio operacional sujeito a divulgação de informações por segmento:

Aluguéis de veículos (“Rent a car” ou RAC): divisão responsável pelo aluguel de carros em agências localizadas dentro e fora de aeroportos. Os aluguéis são contratados por pessoas físicas e jurídicas, havendo também locações para companhias de seguros, que oferecem carros reserva a seus clientes em caso de sinistros.

Como parte do programa de renovação de frota, a Movida desmobiliza e vende os carros após um período que varia entre 15 e 18 meses de uso, sendo parte significativa vendida a consumidores finais através de pontos de vendas de seminovos espalhados pelo país.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O balanço patrimonial e a demonstração do resultado apresentados nesta Demonstração Financeira, reflete a operação por segmento da Companhia.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

3.1. Política contábil

3.1.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Movida restringem-se a caixas e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, adiantamentos a terceiros, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil a pagar, arrendamento por direitos de uso, dividendos a pagar e outras contas a pagar reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

i) Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Movida se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Movida mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Movida pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

A Movida desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Movida transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios de titularidade do

ativo financeiro são transferidos ou na qual a Movida nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.1.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Classificação e mensuração

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Movida desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Movida também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado

3.1.3. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Movida tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Instrumentos financeiros por categoria

A composição por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Movida, apresentada nas demonstrações financeiras da Movida está demonstrada a seguir:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	55.724	1.201	56.925	128.834	5.861	134.695
Títulos e valores mobiliários	299.393	-	299.393	234.470	-	234.470
Contas a receber	-	439.330	439.330	-	314.167	314.167
Outros créditos	-	5.335	5.335	-	112	112
Total	355.117	445.866	800.983	363.304	320.140	683.444
Passivos, conforme balanço patrimonial						
Fornecedores	-	1.367.034	1.367.034	-	959.806	959.806
Empréstimos e financiamento	-	280.520	280.520	-	493.123	493.123
Debêntures	-	540.475	540.475	-	354.420	354.420
Arrendamento mercantil a pagar	-	-	-	-	804	804
Arrendamento por direito de uso	-	196.146	196.146	-	-	-
Dividendos a pagar	-	43.126	43.126	-	36.667	36.667
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	65.276	65.276	-	46.504	46.504
Total	-	2.492.577	2.492.577	-	1.891.324	1.891.324

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

3.3. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Movida, está demonstrada a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	56.925	56.925	134.695	134.695
Títulos e valores mobiliários	299.393	299.393	234.470	234.470
Contas a receber	439.330	439.330	314.167	314.167
Outros créditos	5.335	5.335	112	112
Total	800.983	800.983	683.444	683.444
Passivos financeiros				
Fornecedores	1.367.034	1.367.034	959.806	959.806
Empréstimos e financiamento	280.520	280.839	493.123	492.322
Debêntures	540.475	540.792	354.420	355.130
Arrendamento mercantil a pagar	-	-	804	804
Arrendamento por direitos de uso	196.146	196.146	-	-
Dividendos a pagar	43.126	43.126	36.667	36.667
Outras contas a pagar e adiantamentos	65.276	65.276	46.504	46.504
Total	2.492.577	2.493.213	1.891.324	1.891.233

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias a seguir:

Nível 1 - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão os investimentos alocados em fundos de investimentos, tais como Letras Financeiras do Tesouro ("LFT"), Letras do Tesouro Nacional ("LTN") e Cotas de fundos;

Nível 2 - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis. Alocam-se neste nível os certificados de depósitos bancários ("CDB"), operações compromissadas e outras aplicações.

	31/12/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificados de depósito bancário	-	19.196	19.196	-	122.669	122.669
Operações compromissadas	-	29.263	29.263	-	5.920	5.920
Letras financeiras	-	7.265	7.265	-	245	245
Subtotal	-	55.724	55.724	-	128.834	128.834
Títulos e valores mobiliários						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	193.459	-	193.459	36.201	-	36.201
LTN - Letras do Tesouro Nacional	97.470	-	97.470	34.014	-	34.014
Cotas de fundos	8.464	-	8.464	164.255	-	164.255
Subtotal	299.393	-	299.393	234.470	-	234.470
Total	299.393	55.724	355.117	234.470	128.834	363.304

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- A análise dos fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Vértice							
Taxa (a.a.) - %	4,4%	4,3%	4,6%	5,3%	5,8%	6,4%	7,0%
Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2019							

3.4. Gerenciamento de riscos financeiros

A Movida possui empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil a pagar, fornecedores, arrendamento por direitos de uso, dividendos a pagar, outras contas a pagar e adiantamentos, outros créditos, contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Movida está exposta aos seguintes riscos, resultantes de instrumentos financeiros: (a) risco de mercado, (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

A Administração da Movida supervisiona e conta com o suporte de um Comitê Financeiro na avaliação e gestão dos riscos financeiros, e recomenda ao Conselho da Controladora que as atividades que resultem nesses riscos sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. O Comitê Financeiro da Movida monitora constantemente as operações financeiras para que evitar aplicações de risco alto, constituídas de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (hedge) dos riscos conhecidos. A Movida não possui operações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco especulativo.

Compete ao Conselho da Controladora autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Movida ou o valor de seus instrumentos financeiros e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de "commodities", de ações, entre outros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Movida se mantenha em níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações.

Atualmente, a Movida está exposta apenas ao risco de taxa de juros incidente, principalmente aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, arrendamentos por direitos de uso e debêntures.

- **Risco de variação de taxa de juros**

A Movida utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações, para garantir a renovação de sua frota e para o seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Movida obtém empréstimos, financiamentos, arrendamento por direitos de uso junto às principais instituições financeiras do país, assim como emite títulos de dívida (debêntures e notas promissórias), que são substancialmente indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes no CDI.

A Movida efetuou teste de sensibilidade para cenários adversos, apresentados no item 3.5.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Movida está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

As classificações decorrentes de escala local ("Br") e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	Qualidade
AAA	Prime
AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
BB+, BB, BB-	Grau Especulativo
B+, B, B-	Grau Altamente Especulativo
CCC+	Grau Especulativo de Risco Substancial
CCC	Grau Extremamente Especulativo
CCC-, CC, C	Grau Especulativo de Moratória com Pequena Expectativa de Recuperação
DDD, DD, D	Grau Especulativo de Moratória

• Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Movida de acordo com a política aprovada pelo Conselho da Controladora. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Movida para caixa equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, são como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa fundo fixo	933	1.022
Valores depositados em conta corrente		
Br AAA	259	44
Br AA	9	4.795
	268	4.839
Total de disponibilidades	1.201	5.861

	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	50.237	123.576
Br AA	5.486	5.258
Total de aplicações financeiras	55.723	128.834
Total de caixa e equivalentes de caixa	56.925	134.695

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos e valores imobiliários		
Br AAA	282.137	94.348
Br AA	17.256	140.122
Total de valores imobiliários	299.393	234.470

• Contas a receber

O risco de crédito do cliente é avaliado no ato da contratação, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para perdas esperadas (*impairment*) do contas a receber é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda esperada é avaliada coletivamente. O cálculo é feito com base no histórico de perdas efetivas nos períodos mais recentes.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites e riscos de crédito individuais são determinados de acordo com classificações internas ou externas baseadas em ranking de empresas especializadas em avaliação de crédito de acordo com limites determinados pela Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. Todas as operações e clientes significativos estão localizados no Brasil, não havendo clientes que, individualmente, representem mais que 10% das receitas da Movida.

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Movida para o contas a receber, é como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber - clientes	292.787	358.467
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(50.849)	(73.513)
Contas a receber - cartões de crédito		
AAA	197.392	29.213
Total do contas a receber	439.330	314.167

(c) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

O objetivo da Movida é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos financeiros	Custo médio - %	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos
Fornecedores	-	1.367.034	1.367.034	1.367.034	-	-
Empréstimos e financiamentos	7,54%	280.520	321.217	159.345	51.254	110.618
Debêntures	6,30%	540.475	616.460	130.021	126.920	359.519
Arrendamento por direitos de uso	Pre-fixado	196.146	196.146	53.454	72.680	70.012
Dividendos a pagar	-	43.126	43.126	43.126	-	-
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	65.276	65.276	64.463	813	-
Total		2.492.577	2.609.259	1.817.443	251.668	540.149

3.5. Sensibilidade a taxas de juros

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os ganhos e perdas dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável de taxa de juros (Cenário I), com aumento da taxa de juros de 25% (Cenário II) e aumento da taxa de 50% (Cenário III).

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 4,56% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), SELIC de 4,50% a.a. (fonte: Bacen – Banco Central do Brasil) impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras. Sobre a TJLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2019 é de 5,01% a.a. conforme BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Operação	Exposição	Risco	Ganho / (Perda) potencial	Taxa provável	Cenário I provável - CDI/TJLP	Cenário II + deterioração de 25% - CDI/TJLP	Cenário III + deterioração de 50% - CDI/TJLP
Aplicações financeiras	R\$ 56.925	CDI	Ganho	4,56%	2.596	3.245	3.894
Títulos e valores mobiliários	R\$ 299.393	CDI	Ganho	4,56%	13.652	17.065	20.478
		Total Ativo			16.248	20.310	24.372
Empréstimos, financiamentos	R\$ 116.223	CDI +2,07%	Perda	6,63%	(7.706)	(9.031)	(10.356)
Debentures	R\$ 540.475	CDI +1,82%	Perda	6,38%	(34.482)	(40.643)	(46.805)
		Total CDI			(42.188)	(49.674)	(57.161)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Empréstimos, financiamentos	R\$ 30.025	TJLP	Perda	5,09%	(1.528)	(1.910)	(2.292)
		Total TJLP			(1.528)	(1.910)	(2.292)
Empréstimos, financiamentos	R\$ 134.272	IPCA + 2,08%	Perda	6,39%	(8.580)	(10.027)	(11.474)
		Total IPCA			(8.580)	(10.027)	(11.474)
Arrendamento por direito de uso	R\$ 196.146	Pré-fixado	Perda	6,81%	(13.358)	(15.594)	(17.830)
		Total Pré-fixado			(13.358)	(15.594)	(17.830)
		Total do Passivo			(65.654)	(77.205)	(88.757)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós fixado					(49.406)	(56.895)	(64.385)
Varição no resultado com relação ao cenário provável					-	(7.489)	(14.979)

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Movida, e consequente aumento ou redução das despesas financeiras, líquidas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor.

4.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	933	1.022
Bancos	268	4.839
Total de disponibilidade	1.201	5.861
Letras financeiras	7.265	245
Compromissadas	29.263	5.920
CDB (certificado de depósitos bancários)	19.196	122.669
Total das aplicações financeiras	55.724	128.834
Total de caixa e equivalentes de caixa	56.925	134.695

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o rendimento médio das aplicações financeiras foi de 5,91% a.a. (6,44% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

As informações sobre a exposição da Movida a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas nas Notas explicativas 3.3, 3.4 e 3.5.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Operações	31/12/2019	31/12/2018
Títulos no país/fundos de investimento		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	193.459	36.201
LTN - Letras do Tesouro Nacional	97.470	34.014
Cotas de fundos	8.464	164.255
Total	299.393	234.470

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o rendimento médio dos títulos e valores mobiliários foram de 5,91% a.a. (6,44% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

As informações sobre a exposição da Movida a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas nas Notas explicativas 3.3, 3.4 e 3.5..

6. CONTAS A RECEBER

6.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos e pela venda de veículos desmobilizados para renovação de frotas no curso normal das atividades da Movida. Se o prazo de

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo na data em que foram originadas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

Para contratos de alugueis de veículos cuja locação, ou prestação de serviços está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada por medidas conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar nos contas a receber, até quando os veículos são devolvidos e os contratos encerrados.

6.2. Composição de contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes	286.547	342.861
Valores a receber com cartões de crédito	197.392	29.213
Receita de locação a faturar	6.240	15.606
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) das contas a receber	(50.849)	(73.513)
Subtotal	439.330	314.167
No ativo circulante	438.048	313.600
No ativo não circulante	1.282	567
Total	439.330	314.167

A Movida não possui saldos de contas a receber de clientes dados em garantias de dívidas.

As informações sobre a exposição da Movida a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas nas Notas explicativas 3.3, 3.4 e 3.5.

A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

Movimentação	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(52.777)
(-) Ajuste adoção CPC 48 / IFRS 15	(19.655)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(72.432)
(-) Adição	(38.945)
(+) Reversões	37.864
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(73.513)
(-) Adição	(36.166)
(+) Reversões	15.856
(+) Baixas para perdas ⁽¹⁾	42.974
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(50.849)

- (i) Refere-se a títulos baixados como perdas efetivas, que encontravam-se vencidos há mais de 2 anos e estavam 100% provisionados, todavia, terão suas cobranças administrativas e judiciais mantidas. Não há impacto no saldo de contas a receber líquido e no *impairment*.

6.3. Classificação por vencimentos

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos a vencer	391.740	260.703
Vencidos em até 30 dias	24.277	16.639
Vencidos de 31 a 90 dias	11.139	29.731
Vencidos de 91 a 180 dias	11.510	10.189

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Vencidos de 181 a 365 dias	19.427	9.768
Vencidos há mais de 365 dias	32.086	60.650
Total vencidos	98.439	126.977
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) do contas a receber	(50.849)	(73.513)
Total	439.330	314.167

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS a compensar ⁽ⁱ⁾	35.369	24.889
Outros	770	2.248
Total	36.139	27.137
No ativo circulante	10.430	8.089
No ativo não circulante	25.709	19.048
Total	36.139	27.137

- (i) Os créditos de Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social – COFINS em 31 de dezembro de 2019 compreendem o valor do reconhecimento de créditos extemporâneos no montante de R\$ 6.653 (R\$ 24.048 em 31 de dezembro de 2018).

8. ATIVO IMOBILIZADO DISPONIBILIZADO PARA VENDA

8.1. Política contábil

Para atendimento dos seus contratos de locação de veículos e de prestação de serviços, a Movida renova constantemente sua frota de veículos. Aqueles veículos a serem desmobilizados são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponibilizado para venda”.

Os valores são mensurados e apresentados pelo menor valor entre o saldo contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como ativo imobilizado disponibilizados para venda, os ativos deixam de ser depreciados.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

8.2. Composição do ativo disponibilizado para venda

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são como segue:

	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	154.310	(2.802)	151.508
Bens baixados por venda ⁽ⁱ⁾	(1.267.463)	25.047	(1.242.416)
Bens transferidos do imobilizado	1.314.761	(26.331)	1.288.430
Saldo em 31 de dezembro de 2018	201.608	(4.086)	197.522
Bens baixados por venda ⁽ⁱ⁾	(2.171.395)	98.053	(2.073.342)
Bens transferidos do imobilizado	2.232.413	(110.933)	2.121.480
Saldo em 31 de dezembro de 2019	262.626	(16.966)	245.660

- (i) Os valores de baixa por venda refletem a totalidade do custo de vendas de ativos utilizados na prestação de serviços.

9. IMOBILIZADO

9.1. Política contábil

- i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Movida. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii) Baixas

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil dos ativos) são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado.

iv) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

A Movida adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e, sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Em setembro de 2019, baseado nessa revisão, foi alterada a taxa de depreciação da unidade de negócio RAC de 2,0% para 2,2%.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente e ajustados caso seja apropriado.

Taxas médias anual ponderadas de depreciação aplicada:

Itens do imobilizado	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)
Veículos	4,06%
Máquinas e equipamentos	10,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

movida
locação de veículos

movida
frotas

seminovos
movida

Computadores e periféricos	20,00%
Móveis e utensílios	10,00%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20,00%
Direito de uso	22,54%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019
9.2. Composição do imobilizado

A movimentação relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstrados abaixo:

	Veículos	Veículos em implantação	Máquinas e equipamentos	Construções em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Direito de uso ⁽ⁱ⁾	Outros	Total
Custo ou avaliação:										
Em 31 de dezembro de 2017	2.506.813	67.912	3.184	1.655	63.061	8.011	7.516	-	6.028	2.664.180
Adições	2.300.267	103.803	1.750	15.322	538	2.319	3.275	-	-	2.427.274
Transferências para disponíveis para venda ⁽ⁱⁱ⁾	(1.314.761)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.314.761)
Baixas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(117.022)	-	-	-	-	-	-	-	-	(117.022)
Transferências	53.576	(47.452)	-	(2.683)	2.590	(12)	9	-	(6.028)	-
Em 31 de dezembro de 2018	3.428.873	124.263	4.934	14.294	66.189	10.318	10.800	-	-	3.659.671
Adoção inicial ao CPC 06 (R2) ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	-	142.013	-	142.013
Remensuração	-	-	-	-	-	-	-	53.669	-	53.669
Adições	1.810.649	1.897.913	557	16.576	-	4.889	8.528	52.796	-	3.791.908
Transferências para disponíveis para venda ⁽ⁱⁱ⁾	(2.232.413)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.232.413)
Baixas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(102.947)	-	(21)	-	(14.393)	(1.962)	(16)	(8.960)	-	(128.299)
Transferências	1.756.715	(1.756.831)	23	(15.706)	15.538	719	(458)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	4.660.877	265.345	5.493	15.164	67.334	13.964	18.854	239.518	-	5.286.549
Depreciação acumulada:										
Em 31 de dezembro de 2017	(30.133)	-	(472)	-	(22.778)	(3.830)	(1.722)	-	(1.446)	(60.381)
Depreciação do exercício	(69.684)	-	(435)	-	(12.890)	(1.621)	(881)	-	-	(85.511)
Transferências para disponíveis para venda ⁽ⁱⁱ⁾	26.331	-	-	-	-	-	-	-	-	26.331
Baixas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.751	-	-	-	-	-	-	-	-	2.751
Transferências	(1.446)	-	-	-	-	-	-	-	1.446	-
Em 31 de dezembro de 2018	(72.181)	-	(907)	-	(35.668)	(5.451)	(2.603)	-	-	(116.810)
Depreciação do exercício	(192.241)	-	(514)	-	(15.518)	(2.467)	(1.558)	(55.977)	-	(268.275)
Transferências para disponíveis para venda ⁽ⁱⁱ⁾	110.933	-	-	-	-	-	-	-	-	110.933
Baixas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5.464	-	1	-	14.040	1.861	8	-	-	21.374
Transferências	26	-	(52)	-	3	7	16	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	(147.999)	-	(1.472)	-	(37.143)	(6.050)	(4.137)	(55.977)	-	(252.778)
Valor residual líquido:										
Em 31 de dezembro de 2018	3.356.692	124.263	4.027	14.294	30.521	4.867	8.197	-	-	3.542.861
Em 31 de dezembro de 2019	4.512.878	265.345	4.021	15.164	30.191	7.914	14.717	183.541	-	5.033.771

- (i) A movimentação e aumento referem-se à adoção inicial do CPC 6 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil.
- (ii) Das baixas de ativos imobilizados, uma parcela de R\$ 90.609 (R\$ 119.773 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a veículos sinistrados e avariados.
- (iii) Refere-se a transferência do custo de aquisição e depreciação acumulada dos veículos que estão sendo desmobilizados para a conta ativo imobilizado disponível para venda. Ver nota explicativa 8.

O último teste de recuperabilidade dos ativos foi realizado em 31 de dezembro de 2019 e não houve a necessidade de constituição de provisão ao valor recuperável (*impairment*) conforme nota explicativa 11.

Há bens do ativo imobilizado dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2019, conforme nota explicativa 13.5.

9.3. Ativos imobilizados adquiridos através de arrendamentos mercantil

Parte dos veículos da Movida são adquiridos através de contratos de arrendamentos financeiros, incluídos no ativo imobilizado conforme segue:

	31/12/2018
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	1.648
Depreciação acumulada	(72)
Saldo contábil, líquido	1.576

10. INTANGÍVEL

10.1. Política contábil

10.1.1. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da Movida.

O ágio é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes de *impairment* são realizados anualmente e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não podem mais ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Para fins de teste de *impairment* o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), conforme nota explicativa 11.2. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

10.1.2. Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

10.1.3. Ponto comercial

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 10.1.4.

10.1.4. Amortização

A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida útil definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo.

Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente para identificar eventual perda do respectivo valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Taxas médias anual ponderadas de depreciação aplicada:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019


 movida


 movida
 frotas


 seminovos
 movida

Itens do intangível	Taxa média ponderada de amortização (%)
Software	20,00%
Ponto comercial	11,84%

10.2. Composição do intangível

	Ágio ⁽ⁱ⁾	Softwares ⁽ⁱⁱ⁾	Ponto Comercial	Outros	Total
Custo ou avaliação:					
Em 31 de dezembro de 2017	2.777	6.022	4.573	4.434	17.806
Adições	-	26.185	-	71	26.256
Baixas	-	(1.486)	-	(51)	(1.537)
Em 31 de dezembro de 2018	2.777	30.721	4.573	4.454	42.525
Adições	-	61.697	-	180	61.877
Baixas	-	(991)	-	-	(991)
Transferências	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	2.777	91.427	4.573	4.634	103.411
Amortização acumulada:					
Em 31 de dezembro de 2017	-	(963)	-	(33)	(997)
Despesas de amortização	-	(509)	-	(31)	(540)
Em 31 de dezembro de 2018	-	(1.472)	-	(64)	(1.536)
Despesas de amortização	-	(2.136)	-	(48)	(2.185)
Baixas	-	364	-	-	364
Em 31 de dezembro de 2019	-	(3.244)	-	(112)	(3.357)
Valor residual líquido:					
Em 31 de dezembro de 2018	2.777	29.249	4.573	4.390	40.988
Em 31 de dezembro de 2019	2.777	88.183	4.573	4.522	100.054

- (i) Ágios originados na combinação de negócios de locação de veículos em exercícios passados.
- (ii) Refere-se a custos com implantação e desenvolvimentos no sistema de informações (SAP) e novos projetos que visam melhorias no ambiente de tecnologia da Movida.

11. ANÁLISE DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é efetuado anualmente ou quando há indicadores de redução do valor recuperável de alguma das unidades geradoras de caixa ("UGC") em que estão alocados.

Para a formação da UGC's é necessário a consolidação/cominação de receitas e custos com a sua Controladora Movida Participações. O Grupo classifica suas UGC's em dois segmentos, são eles:

- "Rent a Car" (RAC) e Gestão; e
- Terceirização de Frotas (GTF).

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração concluiu que não há indicadores sobre perda de valor recuperável de suas UGC's.

A Companhia classifica as unidades geradoras de caixa ("UGC's") como o conjunto de ativos da frota de cada segmento operacional.

11.1. Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros

A Movida reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Movida mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, utiliza-se uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc".

A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados.

Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de "impairment" aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Movida não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Movida adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 12 ou 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Movida não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Movida para a recuperação dos valores devidos.

11.2. Teste da redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos não financeiros

O valor recuperável de uma UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31 de dezembro de 2019 são as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	Movida
Taxas de desconto (WACC)	10,20%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,50%
Taxas de crescimento estimado para o LAJIDA (i) - média para os próximos 5 anos	13,01%

- (i) Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização ("LAJIDA");
- Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;
- Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2020 a dezembro de 2024;
- O valor residual após dezembro de 2024 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações de logística por prazo indeterminado (perpetuidade) considerando um crescimento de 3,5% a.a.;
- Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("mid period"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou o teste anual de impairment das suas UGCs acima descritas e não apurou perdas sobre os valores contabilizados. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alteração nessa premissa básica poderia resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

A taxa requerida para o valor recuperável ser igual ao valor contábil

Em pontos percentuais (%)	Movida
Taxa de desconto (WACC)	10,80%

12. FORNECEDORES

12.1. Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

As informações sobre a exposição da Movida a riscos de liquidez estão incluídas nas Notas explicativas 3.3, 3.4 e 3.5.

12.2. Composição de fornecedores

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Montadoras e concessionárias de veículos ⁽ⁱ⁾	1.298.728	895.372
Fornecedores de serviços e peças automotivos	16.154	28.584
Fornecedores de serviços exceto automotivos	11.647	19.487
Outros	40.505	16.363
Total	1.367.034	959.806

(i) O aumento no saldo na rubrica de montadoras referem-se a aquisição de veículos para locação.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13.1. Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

13.2. Composição de empréstimos e financiamentos

	CCB ⁽ⁱ⁾	Notas promissórias ⁽ⁱⁱ⁾	FNE ⁽ⁱⁱⁱ⁾	FINEP ^(iv)	Total
Saldo em dezembro de 2017	252.943	156.494	136.888	-	546.325

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Novos contratos	16.500	-	115.655	9.679	141.834
Juros capitalizados	-	-	-	114	114
Amortização	-	(150.000)	(41.785)	-	(191.785)
Juros pagos	(21.596)	(14.661)	(9.427)	(85)	(45.769)
Juros provisionados	23.037	8.167	11.200	-	42.404
Saldo em dezembro de 2018	270.884	-	212.531	9.708	493.123
Novos contratos	-	-	47.972	20.597	68.569
Amortização	(154.917)	-	(124.812)	-	(279.729)
Juros capitalizados	-	-	-	680	680
Juros pagos	(16.347)	-	(10.177)	(961)	(27.485)
Juros provisionados	16.604	-	8.758	-	25.362
Saldo em dezembro de 2019	116.224	-	134.272	30.024	280.520

	Taxa média a.a. (%)		Estrutura de taxa média		Vencimento	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cronograma						
CCB ⁽ⁱ⁾	118%	7,76%	CDI 118%	CDI 116%	jun-21	nov-20
Notas promissórias ⁽ⁱⁱ⁾	-	7,77%	-	114,9% do CDI	-	ago-19
FNE ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2,8%	7,09%	TJLP + 2,8%	Pré fixado	jul-22	jun-21
FINEP ^(iv)	5,0%	7,46%	TLP + 5,0%	TLP + 0,5%	jul-30	jul-30

- (i) **Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”)** - Adquiridas junto a instituições financeiras destinadas para reforço de liquidez e gestão do caixa para financiar a renovação e expansão da frota dos veículos na gestão ordinária de seus negócios. Essa transação não possui cláusulas de compromisso, com amortizações no final do contrato e juros pagos semestralmente.
- (ii) **Notas Promissórias (“NPs”)** - Adquiridas junto a instituições financeiras destinados para reforço de liquidez e gestão do caixa para financiar a renovação e expansão da frota dos veículos na gestão ordinária de seus negócios. Essas transações possuem cláusulas de compromissos incluindo a manutenção de certos índices financeiros, atrelados ao percentual de dívida em relação ao lucro antes de resultado financeiro, impostos, depreciações e amortizações (*EBITDA*), medido anualmente com base no desempenho do consolidado. Caso não sejam cumpridos, o saldo da dívida pode ter seu vencimento antecipado.
- (iii) **Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”)** - É um financiamento para alongamento da estrutura de capital de terceiros. Essa transação não possui cláusulas de compromisso. As amortizações do principal e dos juros são efetuadas mensalmente.
- (iv) **Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”)** - Refere-se a contratos de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas. Essa transação não possui cláusulas de compromissos. A amortização do principal será realizada no final do contrato.

13.3. O cronograma de amortização está demonstrado abaixo, por ano de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante	139.265	126.205
Após 1º ano	23.956	280.161
Após 2º ano	58.139	53.629
Após 3º ano	38.559	23.611
Acima de 4 anos	20.601	9.517
Passivo não circulante	141.255	366.918
Total	280.520	493.123

13.4. Garantias

Os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Finame: garantidos pelos respectivos veículos e equipamentos financiados; e

FNE: Garantida por fiança bancária.

As demais operações não possuem garantias atreladas.

14. DEBÊNTURES

14.1. Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

14.2. Composição de debêntures

	1ª Emissão - RAC	2ª emissão - RAC	3ª Emissão - RAC	Total
Saldo em dezembro de 2017	-	-	-	-
Captação	250.000	100.000	-	350.000
Juros pagos	(11.453)	(451)	-	(11.904)
Juros provisionados	15.013	1.311	-	16.324
Saldo em dezembro de 2018	253.560	100.860	-	354.420
Amortização	-	(20.000)	-	(20.000)
Novos contratos	-	-	200.000	200.000
Encargos a apropriar	-	-	(1.167)	(1.167)
Juros pagos	(20.478)	(7.669)	-	(28.147)
Juros provisionados	20.198	7.721	7.450	35.369
Saldo em dezembro de 2019	253.280	80.912	206.283	540.475

As características das debêntures estão apresentadas na tabela a seguir:

Entidade emissora	Movida Locação		
	1ª emissão	2ª emissão	3ª Emissão
Descrição			
a. Identificação do processo por natureza			
<i>Instituição financeira</i>	<i>Bradesco</i>	<i>BOCOM BBM</i>	<i>BOCOM BBM</i>
Valor da 1ª Série	250.000	100.000	100.000
Valor da 2ª Série	-	-	-
Valor da 3ª Série	-	-	-
<i>Instituição financeira</i>	-	-	Brasil
Valor da 1ª Série	-	-	100.000
Valor da 2ª Série	-	-	-
Valor total	250.000	100.000	200.000
Emissão	13/04/2018	31/10/2018	27/06/2019
Captação	13/04/2018	31/10/2018	27/06/2019
Vencimento	29/03/2023	10/10/2021	24/01/2024
Espécie	Quirografárias	Quirografárias	Quirografárias
Identificação ativo na CETIP	MVLV11	MVLV12	MVLV13
b. Taxa de juros efetiva a.a. %			
1ª Série	CDI+2,00%	CDI+1,80%	CDI+1,60%
c. Valor total da dívida	253.280	80.912	206.283

As debêntures emitidas, estão sujeitas a cláusulas de compromisso de manutenção de índices financeiros atrelados ao percentual de dívida e de despesas financeiras em relação ao lucro antes dos impostos, depreciação, amortização, acréscido de custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses (EBITDA). Caso não sejam cumpridos, o saldo da dívida pode ter seu vencimento antecipado. Essas debêntures não possuem garantias atreladas.

14.3. O cronograma de amortização está demonstrado abaixo, por ano de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante	114.634	25.792
Após 1º ano	101.789	88.997
Após 2º ano	101.912	108.778
Após 3º ano	142.170	104.683
Acima de 4 anos	79.970	26.170
Passivo não circulante	425.841	328.628
Total	540.475	354.420

14.4. Garantias

As debêntures são garantidas da seguinte forma:

Primeira emissão: sem aval, sem Covenants;

Segunda emissão: com aval da Movida Participações e Covenants de Dívida Líquida dividido por EBITDA menor ou igual a 3,5 e EBITDA dividido por Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,5; e

Terceira emissão: com aval da Movida Participações e Covenants de Dívida Líquida dividido por EBITDA menor ou igual a 3,5 e EBITDA dividido por Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,5.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

15.1. Política contábil

Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente, conforme nota explicativa 2.6.1.

a) Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16.

i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, A Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Movida optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, incluso PIS/COFINS, que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI seguindo a isenção contida na norma. A Movida reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

ii) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento fosse equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 3.1 (iii) e 3.2). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2)/IFRS 16, exceto para a classificação do subarrendamento celebrado durante o período do relatório atual que resultou em uma classificação de arrendamento financeiro.

b) Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- Cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- Acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
- Fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

i) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros.

Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos

do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

iii) Como arrendador

Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento referia-se à maior parte da vida econômica do ativo.

15.2. Composição de arrendamento mercantil a pagar

Contratos de arrendamento mercantil para a aquisição de veículos com encargos anuais pré-fixados, garantidos pelos próprios bens e distribuídos da seguinte forma:

	Leasing
Saldo em dezembro de 2017	29.954
Amortização	(23.113)
Juros pagos	(7.767)
Juros provisionados	1.730
Saldo em dezembro de 2018	804
Amortização	(685)
Juros pagos	(119)
Saldo em dezembro de 2019	-

Modalidade	Encargos a.a. (%)		Vencimento	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Leasing	10,11%	10,11%	-	até Mai-2020

Não são previstos pagamentos contingentes, assim como não há operação de subarrendamento financeiro para as operações mencionadas acima.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

16.1. Política contábil

i) Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Movida tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) Participação nos lucros

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019


 movida


 movida
 frotas


 seminovos
 movida

A Movida reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após ajustes.

16.2. Composição de obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2019	31/12/2018
Provisões férias, 13º salários e bônus	21.693	17.941
Salários	5.933	7.802
INSS	6.317	4.907
FGTS	944	960
IRRF	-	2.019
Outros	564	593
Total	35.451	34.222

17. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF	2.429	2.293
PIS e COFINS	984	2.556
ISS	1.255	943
Outras obrigações tributárias	-	356
Total	4.668	6.148

18. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

18.1. Políticas contábeis

i) Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Movida é parte em diversos processos judiciais e administrativos de caráter cível, trabalhistas e tributário. Provisão são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As naturezas das demandas judiciais são as seguintes:

Cíveis - Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, por suposta falha na prestação de serviços (problemas de cobrança no cartão de crédito relacionado a locação em geral, avarias nos veículos e multas de trânsito), rescisão de contrato de compra e venda de ativos (veículos), bem como ações envolvendo acidentes de trânsito ajuizadas por terceiros e ação regressiva de seguradoras.

Tributárias - Os processos de natureza tributária não envolvem valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a autos de infração em que se discute cobrança indevida de débitos de ICMS e ISS, além de execução fiscal/embargos à execução oriundos de cobrança de IPVA, taxas de publicidade e outros.

Trabalhistas - As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária.

18.2. Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais e administrativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

No quadro a seguir estão demonstrados a composição por natureza dos depósitos judiciais e das provisões em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis	548	215	2.946	3.834
Trabalhistas	1.015	719	2.014	1.574
Total	1.563	934	4.960	5.408

Os depósitos judiciais referem-se a: (i) conta bancária judicial ou bloqueio de saldos bancários, para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo; ou (ii) depósitos em conta judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidos judicialmente.

18.3. Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas

As movimentações das provisões para demandas judiciais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são demonstradas abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 dezembro 2017	1.654	1.762	3.416
Constituições	5.970	2.351	8.321
Reversões	(3.790)	(2.539)	(6.329)
Saldo em 31 dezembro 2018	3.834	1.574	5.408
Constituições	8.662	2.834	11.496
Reversões	(9.550)	(2.394)	(11.944)
Saldo em 31 dezembro 2019	2.946	2.014	4.960

18.4. Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Movida é parte de demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões.

Os valores totais em discussão são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis	20.266	18.558
Trabalhistas	3.149	5.134
Tributárias	1.306	1.319
Total	24.721	25.011

As causas possíveis na esfera cível referem-se basicamente a reclamações de natureza indenizatória por lucros cessantes e danos materiais e morais por supostos acidentes de trânsito, colisões e sinistros envolvendo veículos de sua frota, não envolvendo valores relevantes de forma individual.

Quanto as demandas trabalhistas, a Administração entende que não há nenhuma prática em particular que seja adotada e que dê ensejo aos pedidos reclamados, sendo que as reclamações ajuizadas contra a Movida não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de diferenças de horas extras e de comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

19.1. POLÍTICA CONTÁBIL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício e comparativo compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos e contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia,

periodicamente, as posições assumidas pela Movida nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Movida.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

19.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. Suas origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos fiscais:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	70.161	51.860
Provisão para demandas judiciais e administrativas	7.249	1.873
Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>)	6.230	11.556
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo CPC 06 (R2)	3.559	8
Total créditos fiscais	87.199	65.297
Débitos fiscais:		
Depreciação econômica vs. fiscal	(278.994)	(155.993)
		48/66

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(10.621)	(10.621)
Outros	2.871	-
Total débitos fiscais	(286.744)	(166.614)
Total líquido	(199.545)	(101.317)
Classificados como:		
IR e CSLL diferidos ativos - não circulante	-	-
IR e CSLL diferidos passivos - não circulante	(199.545)	(101.317)
Total débitos fiscais líquidos	(199.545)	(101.317)

MOVIMENTAÇÃO	
Saldo líquido de IR/CS Diferido em 31 de dezembro de 2017	(48.730)
IR/CS diferidos reconhecidos decorrentes do novo CPC 48	6.684
IR/CS diferidos reconhecidos decorrentes do novo CPC 47	106
IR/CS diferidos reconhecidos decorrentes de outras movimentações	(59.377)
Saldo líquido de IR/CS Diferido em 31 de dezembro de 2018	(101.317)
IR/CS diferidos reconhecidos decorrentes do resultado	(98.228)
Outras movimentações	-
Saldo líquido de IR/CS Diferido em 30 de dezembro de 2019	(199.545)

19.3. Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social

As despesas correntes de IRPJ e CSLL são calculadas com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	314.410	240.881
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(106.899)	(81.900)
(Adições) exclusões permanentes		
Juros remuneração de capital - TJLP - Pagamento	2.794	4.590
Despesas indedutíveis	(803)	(3.096)
Lei do Bem	6.680	756
IRPJ e CSLL apurados	(98.228)	(79.650)
Imposto de renda e contribuição social das operações continuadas		
Corrente	-	(20.273)
Diferido	(98.228)	(59.377)
IRPJ e CSLL no resultado	(98.228)	(79.650)
Alíquota efetiva	31,2%	33,1%

A declaração de imposto de renda da Movida está sujeita à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades, os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

19.4. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro recolher

	IRPJ/CSLL antecipado	IRPJ/CSLL a pagar	Total líquido
Saldo de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2017	6.822	-	6.822
Provisão IRPJ/CSLL	-	(20.273)	(20.273)
Pagamento de IRPJ/CSLL	4.779	10.976	15.755
Saldo de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2018	11.601	(9.297)	2.304
Pagamento de IRPJ/CSLL	27.470	9.297	36.767
Saldo de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2019	39.071	-	39.071

19.5. Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2019 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes.

Foi elaborado o seguinte cronograma para realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Até dez/2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Estimativa	2.380	2.966	6.456	8.197	67.200	87.199

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Política contábil

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

20.2. Capital social

O capital social da Movidá, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.751.124 (R\$2.302.924 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 2.751.124.155 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (2.302.924.155 em 31 de dezembro de 2018).

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"). Realizada em 30 de setembro 2019, o capital social foi aumentado no montante de R\$ 448.200 (R\$ 506.480 em 31 de dezembro de 2018).

20.3. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas com valores recebidos pela Movidá e que não transitam pelo resultado. As respectivas reservas refletem, essencialmente, as contribuições feitas pelos acionistas que estão diretamente relacionados à formação ou ao incremento do capital social. As reservas de capital constituem-se grupo de contas integrantes do patrimônio líquido. O saldo de aporte para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 448.825 (não havia saldo em 31 de dezembro 2018)..

20.4. Reserva de lucros

Reservas de lucros são constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, como previsto § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76. Conforme § 6º do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei nº 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros.

As contas que compõe as reservas de lucros são: reserva legal, reservas estatutárias, reservas de investimento, reservas para contingências, reserva de lucros a realizar, reserva de lucros para expansão, reservas de incentivos fiscais e reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído.

O saldo na reserva de lucros retidos refere-se a retenção de lucros com base em orçamento de capital, constituída nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, e aprovada na Assembleia Geral Ordinária de acionistas realizada em 13 de maio de 2020.

Em reunião do Conselho da Controladora em 10 de março de 2020, foi aprovado inserir na proposta da Administração que será apreciada na próxima Assembleia Geral Ordinária de acionistas, deliberação para que esses lucros retidos sejam reclassificados para Reserva de Investimentos. Quando aprovada, a reclassificação será refletida nas demonstrações financeiras.

20.5. Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio

20.5.1. Política contábil

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Movida é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Movida.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Em conformidade com o Estatuto Social, da Movida, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- 5% destinados à constituição de reserva legal; e
- Importância destinada à formação de retenção de lucros e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. A parcela do lucro líquido é destinada para reserva de lucros.

O montante a ser efetivamente distribuído deve ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho da Controladora. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Movida permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.

O Estatuto Social da Companhia permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2019, está registrado na rubrica de “dividendos a pagar” o montante de R\$ 43.126 (R\$ 36.667 em 31 de dezembro de 2018) referente a dividendos e juros sobre capital próprio acumulado.

	JCP	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	12.241	12.241
Dividendos pagos	-	(12.241)	(12.241)
Distribuição de lucros	38.692	-	38.692
Imposto de renda retido na fonte	(2.025)	-	(2.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	36.667	-	36.667
Distribuição de lucros	8.217	43.126	51.343
Juros sobre capital próprio pago	(44.884)	-	(44.884)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	43.126	43.126

21. RECEITA LÍQUIDA DAS LOCAÇÕES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDAS DE ATIVOS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

21.1. Política contábil

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente.

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Movida e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

i. Receita de prestação de serviços (locação de veículos)

A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais.

ii. Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

iii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

21.2. Composição da receita líquida das locações, prestação de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de locação	1.552.710	1.160.024
Receita com venda de ativos	2.153.227	1.299.251
Receita bruta	3.705.937	2.459.275
(-) Deduções da receita		
Impostos incidentes sobre as receitas ^(I)	(148.388)	(101.190)
Devoluções e abatimentos	(7.418)	-
Descontos concedidos	(4.801)	(12.456)
	(160.607)	(113.646)
Receita líquida total	3.545.330	2.345.629
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	3.545.330	2.345.629
Total da receita líquida	3.545.330	2.345.629

(I) Os impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 1,65%) e COFINS (alíquota de 7,6%).

22. GASTOS POR NATUREZA

A demonstração do resultado da Movida é apresentada por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo de venda de ativos utilizados nas locações e prestação de serviços	(2.073.342)	(1.242.416)
Despesas com pessoal	(265.440)	(214.439)
Depreciações e amortizações	(267.105)	(86.051)
Perdas esperadas do contas a receber	(20.310)	(1.081)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019





Comunicação e publicidade	(49.334)	(52.669)
Manutenção predial, água, energia e telefonia	(25.496)	(16.109)
Gastos e manutenções com veículos	(367.921)	(196.514)
Crédito de PIS COFINS sobre insumos	139.192	99.166
Custos na venda de veículos avariados ⁽ⁱ⁾	(36.578)	(73.050)
Serviços contratados de terceiros	(143.158)	(104.285)
Aluguel de imóveis	(40.085)	(87.088)
Outras receitas (despesas)	(6.580)	(45.131)
	(3.156.157)	(2.019.667)
(-) Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(2.738.063)	(1.621.763)
Despesas comerciais	(198.765)	(168.164)
Despesas administrativas	(188.510)	(168.796)
Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(20.310)	(1.081)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(10.509)	(59.863)
	(3.156.157)	(2.019.667)

- (i) Referem-se ao custo de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do respectivo valor recuperado por venda, no montante de R\$ 60.959 (R\$ 41.211 em 31 de dezembro de 2018).

A Movida apresentou o seguinte valor de prejuízo com veículos avariados e roubados:

Período	Veículos avariados			Veículos (roubados) / recuperados	Total de avariados / roubados
	Receita	Custo	Total		
De 1 de janeiro de 2019 até 31 de março de 2019	13.539	(20.465)	(6.926)	5.779	(1.147)
De 1 de abril de 2019 até 30 de junho de 2019	17.213	(21.796)	(4.583)	(718)	(5.301)
De 1 de julho de 2019 até 30 de setembro de 2019	16.329	(25.722)	(9.393)	(4.253)	(13.646)
De 1 de outubro de 2019 até 31 de dezembro de 2019	13.878	(22.626)	(8.748)	(7.736)	(16.484)
Total acumulado	60.959	(90.609)	(29.650)	(6.928)	(36.578)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	6.648	13.732
Juros recebidos	3.770	3.801
Outras receitas financeiras	1.674	2.876
Receita financeira total	12.092	20.409
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(25.362)	(42.404)
Juros sobre debêntures	(35.369)	(16.324)
Juros de risco sacado - montadoras	-	(15.407)
Juros e encargos sobre arrendamento mercantil ⁽ⁱ⁾	(18.249)	(1.730)
Total despesas financeiras	(78.980)	(75.865)
Outras despesas financeiras		
Despesas com taxas e imposto financeiros	(2.461)	(21.593)
Juros de outros passivos	(674)	(3.518)
Outras despesas financeiras	(4.740)	(4.514)
Total outras despesas financeiras	(7.875)	(29.625)
Despesas financeiras totais	(86.855)	(105.490)
Resultado financeiro líquido	(74.763)	(85.081)

- (i) Inclui as despesas financeiras apropriadas dos passivos relacionados aos arrendamento de direitos de uso, contabilizado em função da adoção do CPC 6 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

24.1. Política contábil

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1) / IAS 24. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos na posição patrimonial e no resultado estão descritos a seguir. Todas as

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

transações comerciais com partes relacionadas que ocorrem entre as empresas Movida e todas as empresas existentes no grupo JSL possuem condições usuais de mercado.

24.2. Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

Ativo	Outros créditos		Clientes	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Transações com controladora				
Movida Participações (controladora direta)	20.533	7.159	20.498	15.166
JSL S.A. (controladora indireta)	226	363	-	-
	20.759	7.522	20.498	15.166
Transações com partes relacionadas				
Movida Premium	300	1.221	2.053	1.152
CS Brasil	231	62	-	-
Vamos Locação	52	18	24	-
BBC Leasing	549	690	-	-
Madre Corr. e Admin. Seg.	-	30	-	-
JSL Empreendimentos	19	-	-	-
JSL Concessionárias	410	5	6.128	28.859
	1.561	2.026	8.205	30.011
Total do ativo	20.321	9.548	28.703	45.177

Passivo	Dividendos a pagar		Fornecedor		Outras contas a pagar	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Transações com controladora						
Movida Participações (controladora direta)	43.126	36.267	-	364	1.979	690
JSL S.A. (controladora indireta)	-	-	57	-	1.507	3.016
	43.126	36.267	57	364	3.486	3.706
Transações com partes relacionadas						
Movida Premium	-	-	-	-	615	614
CS Brasil	-	-	-	-	-	900
Vamos Locação	-	-	-	5	6	1
BBC Leasing	-	-	-	-	23	-
JSL Corretora	-	-	-	-	-	3
JSL Empreendimentos	-	-	-	-	-	19
JSL Concessionárias	-	-	-	-	367	671
	-	-	-	5	1.011	2.208
Total	43.126	36.267	57	369	4.498	5.914

24.3. Transações com a empresa controladora

24.3.1. Ativo

Ativo	Transação	Especificação
Movida Participações	Clientes	Refere-se ao aluguel de carros em condições de mercado
JSL S.A.	Outros créditos	Refere-se a ressarcimento de despesas e Centro de Atendimento Administrativo ("CSA" - nota 24.6)

24.3.2. Passivo

Ativo	Transação	Especificação
Movida Participações	Dividendos a pagar	Refere-se à participação no lucro do resultado.
JSL S.A.	Outras contas a pagar	Refere-se a ressarcimento de despesas e Centro de Atendimento Administrativo ("CSA" - nota 24.6)

24.4. Outras transações com partes relacionadas

24.4.1. Ativo

Ativo	Relação	Especificação
Movida Premium	Sócio em comum (JSL).	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Brasil	Sócio em comum (JSL).	Aluguel de carro e reembolso de despesas
BBC Leasing	Sócio em comum (JSL).	Reembolso de despesas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

JSL Concessionárias	Sócio em comum (JSL).	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vamos Locação	Sócio em comum (JSL).	Aluguel de carro e reembolso de despesas
JSL Empreendimentos	Sócio em comum (JSL).	Reembolso de despesas
Madre Corr. e Admin Seg	Sócio em comum (JSL).	Reembolso de despesas

24.4.2. Passivo

Passivo	Relação	Especificação
Movida Premium	Sócio em comum (JSL).	Reembolso de despesas
CS Brasil	Sócio em comum (JSL).	Reembolso de despesas
JSL Concessionárias	Sócio em comum (JSL).	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Vamos Locação	Sócio em comum (JSL).	Reembolso de despesas
Madre Corr. e Admin Seg	Sócio em comum (JSL).	Reembolso de despesas
BBC Leasing	Sócio em comum (JSL).	Reembolso de despesas
JSL Empreendimentos	Sócio em comum (JSL).	Reembolso de despesas

24.5. Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

As transações entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Resultado	Receita de prestação de serviços		Custo da prestação de serviços		Receita de renovação de frota		Custo da renovação de frota	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Transações com controladas								
Movida Participações (controladora direta)	193.968	146.350	(112)	(4.577)	-	-	-	-
JSL S.A. (controladora indireta)	-	-	(47)	(138)	15	274	-	(47)
Subtotal	193.968	146.350	(159)	(4.715)	15	274	-	(47)
Transações com partes relacionadas								
Movida Premium	19.448	6.039	-	-	-	-	-	-
JSL Concessionárias	-	3.164	(6.835)	(480)	68.467	49.407	-	(17.546)
Vamos Locação	22	8	(52)	(24)	-	-	-	-
Subtotal	19.470	9.211	(6.887)	(504)	68.467	49.407	-	(17.546)
Total	213.438	155.561	(7.046)	(5.219)	68.482	49.681	-	(17.593)

24.6. Centro de serviços administrativos

O Grupo JSL faz rateios, com base em critérios definidos em estudos técnicos adequados sobre gastos compartilhados dentro da mesma estrutura e backoffice. O Centro de Serviços Administrativos (CSA) não cobra taxa de administração nem aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados, repassando apenas os custos. As despesas de compartilhamento de infraestrutura e estrutura administrativa com a JSL S.A. totalizaram R\$ 24.281 em 31 de dezembro de 2019, ou 0,68% da receita líquida da Movida (R\$ 15.155 em 31 de dezembro de 2018, ou 0,65% da receita líquida da Movida).

24.7. Remuneração dos administradores

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração com encargos paga ao pessoal chave da Administração foi de R\$ 13.436 (R\$ 2.551 em 31 de dezembro de 2018). A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios de longo prazo, conforme tabela abaixo:

Administradores	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração fixa	(1.428)	(1.883)
Remuneração variável	(665)	(668)
Benefícios	(66)	-
Total	(2.159)	(2.551)

25. COBERTURA DE SEGUROS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

A Movida contrata seguro para frota conforme exigências contratuais e para cobertura de danos a terceiros, entretanto, na sua maior parte, faz a auto-gestão dos riscos de sinistros de sua frota.

A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos conforme tabela abaixo:

Beneficiário	Garantia	Risco	Local	Veículos / equipamentos		Importância		
				Quantidade	Tipo	segurada	Vigência	Cobertura contratada
Movida Locação de Veículos S.A.	Locação de veículos, incluindo gestão com manutenção	Seguro de responsabilidade civil	Brasil	Total da frota	Veículos	27.031	30/11/2019 à 28/02/2020	5.406
Movida Locação de Veículos S.A.	Danos em Imóvel, danos morais, roubo ou furto qualificado e cobertura aluguel	Seguro global empresas: explosão, raio e incêndio	Brasil	Imóvel	Residencial	277	31/12/2019 à 31/12/2020	19.611

A Movida, para atendimento específico de terceiros, contrata seguros para frota locada, que visam atender somente a avaria de terceiros. A Movida não possui seguros para frotas próprias.

26. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do (prejuízo) lucro atribuível aos acionistas da Movida, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Movida e mantidas em tesouraria.

O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado a seguir:

Lucro das operações	31/12/2019	31/12/2018
Numerador:		
Lucro líquido do período	216.182	161.231
Denominador:		
Média ponderada de ações em circulação	2.415.895.115	1.842.957.835
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (i)	0,0895	0,0870

A Movida não tem uma categoria de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores

27. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 07 - Demonstrações dos fluxos de caixa.

27.1. Aquisição de ativo imobilizado

	31/12/2019	31/12/2018
Total das adições do imobilizado (Nota 11)	3.791.908	2.427.274
Adição de direito de uso por arrendamento	(52.796)	-
Variação do saldo de risco sacado a pagar e fornecedores montadoras	(403.356)	(10.050)
Valor desembolsado em caixa pela aquisição	3.335.756	2.417.224
Caixa para compra de ativo imobilizado operacional	3.305.206	2.389.493
Caixa compra de ativo imobilizado investimento	30.550	27.731
Total das adições no imobilizado	3.335.756	2.417.224

27.2. Aquisição e formação de ativo intangível

	31/12/2019	31/12/2018
Total das adições do intangível (Nota 10)	(61.877)	(26.256)
Total das aquisições de intangível que afetaram fluxo de caixa	(61.877)	(26.256)
Caixa para compra de ativo intangível investimento	(61.877)	(26.256)
Total das adições no intangível	(61.877)	(26.256)

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

28.1. Instrumento de dívida

Em 18 de março de 2020, a Movida efetuou a captação R\$ 220.000 através de instrumentos de dívida pelo canal da lei 4.131, em dólar, protegido por instrumento de *swap* trocando a exposição cambial por remuneração pelo CDI, e vencimento em 5 anos, sendo as parcelas a pagar em 2023, 2024 e 2025.

28.2. Efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020 no qual destaca a importância das companhias abertas considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observada as normas aplicáveis.

A Administração instituiu comitê de gerenciamento de crise específico para tratar do tema do COVID-19, e através desse comitê estabeleceu processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação diária da situação sob os aspectos: (i) cuidado com os colaboradores; (ii) apoio à sociedade; (iii) impactos econômico-financeiros na Movida.

i) Cuidado com os colaboradores: Até o momento, o comitê vem trabalhando no estabelecimento de políticas e ações que protejam seus colaboradores da disseminação do vírus, adotando medidas como: horários flexíveis de entrada e saída para espaçamento da circulação dos colaboradores nos escritórios da empresa; adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço entre as pessoas e facilitando a circulação; disponibilização de veículos para os colaboradores que utilizam transporte público; adoção de home office para parte substancial dos colaboradores; e introdução de rotinas de limpeza, esterilização e sanitização física de mobiliários e instalações prediais.

ii) Apoio à sociedade: A Movida vem estudando e implementando ações para disponibilizar sua estrutura e operações em apoio às comunidades onde estão instaladas.

A Movida foi considerada na maioria dos Estados onde possui operação (inclusive São Paulo) como empresa com atividade essencial e vem obedecendo às determinações de órgãos públicos e governos, mas mantendo em funcionamento as atividades não determinadas ao fechamento.

iii) Impactos econômico-financeiros:

- a Movida possui uma sólida condição financeira suficiente para o atravessamento da crise instalada e possui mais de R\$5 bilhões em ativo de alta liquidez (veículos de passeio), que poderiam ser usados em eventual necessidade de caixa.

- a companhia vem, através de negociações comerciais com fornecedores, atuando na readequação de sua estrutura de custos.

- A Companhia continua em tratativas para obtenção de caixa ao longo do mês de abril, com algumas linhas bastante adiantadas de conversação.

- A Movida é controlada pelo Grupo JSL, grupo com o mais amplo portfólio de serviços logísticos do país, que em função da natureza de seus negócios sofrem menos com os efeitos causados pela pandemia

Adicionalmente, a Administração fez uma avaliação geral e considerou: (i) o estágio de disseminação do vírus; (ii) trata-se de um evento novo, sem precedentes, nunca visto na história contemporânea mundial; (iii) todos os Governos estaduais, municipais e federal ainda encontram-se em fase de análise, ajustamento e adoção de medidas, e por isso é impraticável saber nesse momento quantas medidas serão adotadas e extensão das mesmas; (iv) a instabilidade causada nos mercados de títulos e valores mobiliários não pode ser seguramente medida, visto o grau de volatilidade causada por um cenário de stress no cenário.

Com base nisso, foi concluído que não é possível, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros presentes ou futuros decorrentes da pandemia do COVID-19, todavia, a Administração tem tomado medidas para manutenção de suas operações, considerando os cenários possíveis de serem medidos até o momento e vem monitorando diariamente, como comentado anteriormente, através de um comitê formado exclusivamente para o tema, todos os movimentos acerca dos acontecimentos recentes para garantir a continuidade de suas atividades.

28.3. Aumento de capital

Em 31 de março de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária aumento do capital social passando de R\$ 2.751.124 para R\$ 3.396.249, dividido 3.396.248.655 ações ordinárias, nominativa e sem valor nominal, numa operação que envolveu, dentre outros, a capitalização do montante R\$ 448.825 classificado em 31 de dezembro de 2019 como adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC). O montante encontra-se classificado no patrimônio líquido por se tratar AFAC de instrumento irreversível, irrevogável e estar relacionado a quantidade fixa de ações a serem convertidas em conta de reserva de capital no patrimônio líquido.

28.4. Assunção de novos compromissos

- Em 30 de abril de 2020, a Movida efetuou captação R\$ 40.000 junto ao Banco da Amazônia S.A. com taxa de juros de 118,0% ao ano mais CDI e vencimento em maio de 2023.
- Em 30 de abril de 2020, a Movida efetuou captação da 4ª emissão das debentures no montante de R\$ 200.000, junto ao Banco do Brasil S.A. com taxa de juros de 4,2% mais CDI ao ano e vencimento em abril de 2022.
- Em 18 de maio de 2020, a Movida efetuou captação no montante de R\$ 80.000, junto ao Banco Itaú S.A. com taxa de juros de 3,5% ao ano mais CDI e vencimento em maio de 2021.
- Em 24 de junho de 2020, a Movida efetuou captação no montante de R\$ 200.000, junto à Caixa Econômica Federal, com taxa de juros de 0,3% ao mês mais CDI e vencimento em dez de 2022.
- Em 27 de agosto de 2020, efetuou captação no montante de R\$ 47.564, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. com taxa de juros 2,8% ao ano mais TLP e vencimento em julho de 2022.
- Em 25 de setembro de 2020, a Movida efetuou captação no montante de R\$ 166.400, junto ao Banco Citibank S.A. com taxa de juros de 2,0% ao ano mais CDI e vencimento em outubro de 2021.
- Em 24 de novembro de 2020, a Movida efetuou captação da 5ª emissão das debentures no montante de R\$ 200.000, junto ao Banco Santander S.A., com taxa de juros de 2,8% ao ano mais CDI e vencimento em outubro de 2021.

28.5. Distribuição de dividendos

Em 31 de dezembro de 2019, está registrado na rubrica de “dividendos a pagar” o montante de R\$ 43.126 referente a dividendos e juros sobre capital próprio referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Movida Locação de Veículos S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Movida Locação de Veículos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Movida Locação de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de prestação de serviços de locação e da receita de venda de veículos seminovos utilizados na prestação de serviços de locação ("ativos de locação")

Veja Nota explicativa nº 21 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia possui receita líquida de prestação de serviços substancialmente decorrente da locação de veículos. Além disso, no curso normal de renovação de sua frota, a Companhia efetua a venda de veículos seminovos utilizados na prestação de serviços de locação ("ativos de locação").</p> <p>Pelo fato de a Companhia possuir vários tipos de receita, o processo de reconhecimento da receita envolve julgamento significativo na avaliação dos critérios usados para a determinação do momento da transferência de controle para o cliente, bem como requer um controle minucioso para se determinar o momento apropriado em que a Companhia transfere o controle sobre os serviços e/ou ativos para a contraparte. Por esses motivos, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento de receita de prestação de serviços de locação e da receita de venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços, em especial aqueles relacionados com a determinação do momento em que a Companhia transfere o controle ao cliente dos serviços prestados e/ou dos ativos vendidos;– Em base amostral, teste dos critérios usados pela Companhia para a determinação do momento adequado em que ocorre a transferência de controle e realização de testes documentais, bem como avaliação da contabilização da receita pelo regime de competência para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019;– Avaliação dos cancelamentos e devoluções ocorridos no início de janeiro de 2020, a fim de testar se as receitas foram contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios; e– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à receita de prestação de serviços de locação e receita de venda de ativos de locação alteraram nossa avaliação quanto à natureza de nosso trabalho e conseqüentemente ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.</p>

	<p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que o reconhecimento da receita de prestação de serviços de locação e da receita de venda de ativos de locação, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>
<p>Vida útil econômica, estimativa do valor residual e recálculo da depreciação dos veículos destinados a locação</p>	
<p>Veja Nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras</p>	
<p>Principais assuntos de auditoria</p>	<p>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</p>
<p>A Companhia possui veículos destinados a locação compondo o seu ativo imobilizado ("ativos"), para os quais, anualmente são revisadas as premissas utilizadas para determinar a estimativa de vida útil econômica. Adicionalmente, a Companhia utiliza premissas e julgamentos significativos para determinar o valor residual estimado na venda desses ativos.</p> <p>A alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante o valor dos encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda desses ativos. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>ossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave para a determinação das estimativas relacionadas à vida útil econômica e ao valor residual dos ativos; – Avaliação, com base em dados internos da Companhia, incluindo estratégia e plano de negócios, das premissas utilizadas na determinação da vida útil econômica estimada dos ativos e seu valor residual atribuído; – Recálculo dos encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício considerando a vida útil e o valor residual atribuído ao ativo; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes relacionados à vida útil econômica dos veículos, os quais não foram corrigidos pela Companhia por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que os montantes reconhecidos de depreciação dos veículos, a determinação da vida útil econômica e do seu respectivo valor residual, assim como suas correspondentes divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Operações de arrendamento mercantil: mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento

Veja Notas explicativas nº 2.6.1 e 15 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia possui contratos de arrendamentos que foram caracterizados dentro do escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Esse novo pronunciamento introduziu aspectos contábeis complexos para o reconhecimento e a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.</p> <p>A determinação das premissas usadas na mensuração do direito de uso de um ativo e do passivo de arrendamento envolve julgamento significativo, especialmente com relação às taxas de desconto para cálculo do passivo de arrendamento, ao prazo de arrendamento considerado em cada contrato de arrendamento e à determinação se o contrato contém ou não um arrendamento.</p> <p>Devido ao julgamento inerente ao processo de reconhecimento e mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato de variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao reconhecimento e mensuração dos contratos de arrendamento;- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto, incluindo a comparação das premissas usadas pela Companhia com dados obtidos externamente, e análise de sensibilidade sobre as taxas de desconto, bem como os impactos de possíveis mudanças nas referidas taxas;- Avaliação, em base amostral, dos contratos que, potencialmente, poderiam conter arrendamentos e da determinação do prazo de arrendamento, incluindo análise das cláusulas de renovação em função dos fatos e circunstâncias relevantes que pudessem criar incentivos econômicos para o seu exercício;- Avaliação, com base em uma amostra de contratos, dos valores considerados na mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento determinados pela Companhia, incluindo a análise dos dados utilizados na mensuração e recálculo dos valores reconhecidos; e- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos ao reconhecimento e mensuração dos contratos de arrendamento alteraram nossa avaliação quanto à natureza de nosso trabalho e consequentemente ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.</p> <p>No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes relacionados à mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, os quais foram corrigidos pela Companhia.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima</p>

	sumariados, consideramos que os valores reconhecidos como ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
--	--

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6


Cristiano Seabra Di Girolamo

Contador CRC BA-017826/O-4

Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Movida Locação de Veículos S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, autorizando a emissão nesta data.

São Paulo, 1 de março de 2021.

Renato Horta Franklin
Diretor Presidente

Edmar Prado Lopes Neto
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

João Paulo de Oliveira Lima
Diretor de Controladoria
Contador - CRC SP259650/O-3

Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Movida Locação de Veículos S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitido nesta data.

São Paulo, 1 de março de 2021.

Renato Horta Franklin
Diretor Presidente

Edmar Prado Lopes Neto
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

João Paulo de Oliveira Lima
Diretor de Controladoria
Contador - CRC SP259650/O-3